

OUTDOOR LEARNING

Recomendações políticas e institucionais para a sua implementação



ATIVIDADE 4

Barreiras à implementação do Outdoor Learning

Índice

Introdução.....	2
1. Políticas públicas em Portugal em matéria de formação dos jovens.....	3
1.1. Entidades portuguesas com competência na área da educação e juventude.	
Políticas governamentais	4
1.2. Caracterização dos Jovens Neet em Portugal.....	9
1.3. Metodologias de ensino não formais - <i>Outdoor Learning</i> . O caso Português	12
2. Políticas públicas em Espanha em matéria de formação dos jovens	17
2.1. Caracterização dos Jovens Neet na Galiza.....	19
2.2. Metodologias de ensino não formais - <i>Outdoor Learning</i> . O caso da Galiza.....	21
3. Obstáculos e desafios do <i>Outdoor Learning</i>	24
4. Perspetivas futuras. Recomendações e estratégias para a implementação do <i>Outdoor Learning</i>	29
5. Conclusões	32
Referências	34
Anexo I.....	35
Anexo II.....	37
Anexo III. Guião dos questionários.....	39
Anexo IV. Resultados dos questionários	42
1. Portugal.....	42
2. Espanha.....	49

Introdução

O projeto “Pegadas na Raia - Aprendizagem experiencial transfronteiriça para jovens”, é um projeto financiado pelo Programa de Cooperação Transfronteiriça Espanha- Portugal - Interreg VI-A España-Portugal (POCTEP 2021-2027), liderado pela Universidad de Santiago de Compostela (Facultad de Formación del Profesorado) e envolvendo como parceiros: a Comunidade Intermunicipal do Alto Minho, Instituto Politécnico de Viana do Castelo, Instituto Politécnico do Porto, Cluster da Comunicación de Galicia e Femxa Formación SLU.

A **Ação 4** do projeto - **Recomendações políticas e institucionais**, tem como objetivo identificar as barreiras burocráticas, organizacionais e metodológicas que podem impedir a utilização e implementação de programas que utilizem a metodologia *Outdoor Learning* por parte das autoridades públicas com competências na área da educação, entidades formadoras, serviços de emprego e outras instituições com competências na área da juventude.

O presente relatório contém os resultados finais obtidos no âmbito desta acção. Para sua elaboração, foi realizado em primeiro lugar um mapeamento dos principais obstáculos à implementação de metodologias formativas não convencionais nos territórios transfronteiriços (Atividade A.4.1). Esta identificação de barreiras foi possível utilizando os seguintes meios:

- Análise e revisão de políticas públicas em Espanha e Portugal para a formação de jovens que não estudam nem trabalham (jovens NEET) e do sistema nacional de garantia juvenil.
- Entrevistas com responsáveis de centros de formação, ONGDs que ministram formação a jovens ou apoiam jovens que não estudam nem trabalham, entidades que atuam no setor de orientação laboral e emprego, e associações juvenis (consultar Anexo III e Anexo IV). No total, foram realizadas 19 entrevistas (11 em Portugal e 8 na Galiza).

Tomando como base principal a informação coletada nesta primeira parte do estudo, elaboram-se uma série de recomendações para a implementação e uso da metodologia *Outdoor Learning* em futuras experiências que possam ser semelhantes

a PEGADAS (Atividade A.4.2).

Em concreto, o relatório inclui **recomendações políticas** para a adoção da metodologia *Outdoor Learning* por parte dos serviços de emprego e autoridades públicas com competências na educação e juventude e, por outro lado, **recomendações metodológicas e procura de financiamento público** para entidades formadoras, associações, centros de formação e ONGD que trabalhem com jovens.

O objetivo final desta atividade é, portanto, assegurar a sustentabilidade do projeto e seus resultados alcançados uma vez concluída a execução de PEGADAS. O relatório pode ser entendido como um instrumento de apoio a entidades públicas e privadas que tenham interesse em levar à prática iniciativas baseadas na metodologia *Outdoor Learning* ou aprendizagem ao ar livre com jovens adultos.

1. Políticas públicas em Portugal em matéria de formação dos jovens

Esta primeira secção inclui a análise das políticas públicas em Portugal em matéria de formação dos jovens que não estudam nem trabalham e do sistema nacional de garantias para a juventude. Também são mencionados vários exemplos de projetos bem-sucedidos de formação para jovens que não estudam nem trabalham e a representatividade deste público-alvo no território português com base em estudos recentes.

1.1. Entidades portuguesas com competência na área da educação e juventude. Políticas governamentais

Em Portugal, diversas entidades nacionais têm competência na área da educação e juventude, atuando em diferentes níveis e aspetos da política educacional, formação, e promoção da juventude.

(Da Lei Orgânica do Governo)

O Ministério da Educação, Ciência e Inovação é o departamento governamental que tem por missão formular, conduzir, executar e avaliar a política nacional relativa ao sistema educativo, e articular as políticas nacionais de qualificação e de formação profissional.

O Ministério da Educação, Ciência e Inovação tem, ainda, por missão formular, conduzir, executar e avaliar a política nacional para a ciência e o ensino superior, compreendendo a inovação de base científica e tecnológica, o espaço, as orientações em matéria de competências digitais, a computação científica, a difusão da cultura científica e tecnológica e a cooperação científica e tecnológica internacional, nomeadamente com os países de língua oficial portuguesa.

(Portal da República Portuguesa - <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc24/area-de-governo/educacao-ciencia-e-inovacao/acerca>)

É a este ministério, em articulação com o restante governo e outras entidades públicas e privadas, que compete executar o programa do XXIV Governo Constitucional Português. Este apresenta como um dos pilares fundamentais da sua governação: “Criar condições e oportunidades com um real impacto na vida dos jovens e por isso propõe-se desenvolver medidas em articulação permanente com os diversos ministérios”. (<https://www.portugal.gov.pt/gc24/programa-do-xxiv-governo-pdf.aspx>, p. 7).

Portugal enfrenta um dos maiores *invernos demográficos* da União Europeia, sendo

um dos países onde as mulheres têm filhos mais tarde. É, também, um país onde a autonomização e concretização dos projetos de vida dos jovens é cada vez mais difícil e, portanto, tardia, e a porta da emigração cada vez mais a alternativa presente.

A degradação da Escola Pública e dos serviços de saúde, num país com uma pesada carga fiscal, e onde as enormes dificuldades de acesso à habitação deixam os jovens sem possibilidade de se emanciparem, são algumas das razões que contribuem para que os jovens portugueses não tenham um horizonte de esperança quando olham para o país.

O Governo considera que apenas uma política integrada, que reflita a realidade dos jovens, os seus anseios e as suas preocupações, lhes dá a possibilidade de responderem ao apelo de fazer Portugal e de ficarem cá. Assim, para os responsáveis políticos, é necessária uma abordagem de largo espectro procurando auxiliar os jovens a poderem construir em Portugal o seu projeto de vida. Esta ambição espelha-se entre outras, nas seguintes medidas:

Reformular os critérios de elegibilidade para estágios profissionais apoiados, de modo a reforçar esta resposta, nomeadamente a ligação com a empregabilidade direta dos jovens por parte das empresas e os níveis das bolsas praticadas e ainda melhorar a regulação dos estágios não apoiados, de modo a prevenir abusos.

Recuperar o programa JTI – Jovens Técnicos para a Indústria, desenvolvendo com o apoio dos Centros Tecnológicos Sectoriais, programas de incentivo à integração dos nossos jovens licenciados, nas áreas científicas, tecnológicas e de gestão, nas empresas portuguesas.

Desenvolver, com o apoio dos Centros Tecnológicos Sectoriais, programas de formação, qualificação e certificação de quadros técnicos intermédios, preenchendo, adequadamente, a fileira de conhecimento das empresas portuguesas mais dinâmicas.

Apostar na promoção da saúde mental, identificada como uma das maiores preocupações dos jovens portugueses;

Apostar na formação profissional em áreas estratégicas para a Economia digital. Urge por isso, vocacionar estrategicamente os recursos alocados à formação profissional para esse objetivo, bem como desenhar programas de *upskilling* e *reskilling* específicos consoante as necessidades de mercado identificadas. Neste eixo, o Governo pretende:

Reestruturar o sistema de formação profissional e reformar o serviço público de emprego.

Reformar o modelo atual de formação profissional de natureza pública.

Qualificar a formação profissional de nível superior, ajustar as ofertas orientadas para as competências que serão mais valorizadas no âmbito da (r)evolução tecnológica em curso.

Alargar a diversidade, nomeadamente ao nível dos CTeSP (Cursos Técnicos Superiores Profissionais).

(<https://www.portugal.gov.pt/gc24/programa-do-xxiv-governo-pdf.aspx>, p. 9-11)

O Governo reconhece que a economia não dá suficientes oportunidades aos jovens que têm sofrido uma queda significativa do salário real, mesmo os com formação superior, a taxa de desemprego jovem permanece elevada e superior à da média dos Países da UE (atingiu 23% nos jovens até aos 24 anos), e muitos dos jovens com ensino superior trabalham em profissões que não exigem esse nível de escolaridade (de 16,6% em 2011, para 22,4% em 2022).

(<https://www.portugal.gov.pt/gc24/programa-do-xxiv-governo-pdf.aspx>, p. 34)

O Governo reconhece a necessidade de reforma da formação profissional e das qualificações, de modo a alinhá-las com as necessidades e potencialidades da economia portuguesa e do seu tecido empresarial, criar um ambiente de ligação entre

as Universidades e as empresas, e preparar a força de trabalho nacional para as transformações tecnológicas em curso e as mudanças fundamentais no futuro do trabalho, designadamente por via da digitalização e das transformações geradas pela disseminação da inteligência artificial.

É preciso introduzir mudanças ao nível do ensino profissional secundário e do ensino superior para articular as qualificações com as necessidades empresariais, as prioridades estratégicas da economia nacional, as ferramentas de futuro e a capacidade de reaprender e se requalificar:

Qualificar a formação profissional de nível superior, ajustar as ofertas orientadas para as competências que serão mais valorizadas no âmbito da (r)evolução tecnológica em curso.

Desenvolver, com o apoio dos Centros Tecnológicos Setoriais, programas de formação, qualificação e certificação de quadros técnicos intermédios, preenchendo a fileira de conhecimento das empresas portuguesas mais dinâmicas.

Apostar na qualificação dos portugueses em competências tecnológicas e digitais e preparando a força de trabalho para a revolução da inteligência artificial.

(<https://www.portugal.gov.pt/gc24/programa-do-xxiv-governo-pdf.aspx>, p. 37-38)

O Estado tem responsabilidades em garantir não apenas a democratização da educação através de um ensino universal, obrigatório e gratuito, como também em assegurar o direito à igualdade de oportunidades de acesso a uma educação de elevada qualidade, que permita aos alunos ter êxito escolar ao longo dos diferentes níveis educativos.

A degradação da aprendizagem, o conflito e a instabilidade social nas escolas e a escassez de professores constituem um cenário que gera enorme preocupação a toda a comunidade educativa e que não pode ser ignorada pelos agentes políticos.

Esta degradação afeta sobretudo as famílias mais desfavorecidas, pondo em causa o direito constitucional à igualdade de oportunidades. Há uma geração de alunos a ficar para trás e que precisa, urgentemente, de uma educação que lhe dê futuro.

A garantia de uma educação de qualidade, acessível a todos, requer uma clarificação das competências e obrigações do Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI) e dos seus serviços e, por outro lado, as atribuições e competências das escolas e das suas direções, bem como das autarquias.

O Estado deve providenciar os meios necessários às escolas. As escolas devem ser dotadas de autonomia na sua gestão de forma a assegurarem as condições técnicas e pedagógicas para uma educação de qualidade em igualdade de oportunidades para todas as famílias, em todo o território nacional.

Num contexto de tão rápidas mudanças sociais, tecnológicas e culturais, a Educação precisa de um rumo firme que, centrado nos pilares do desenvolvimento humano: o conhecimento, a cultura e os valores de cidadania.

O Governo apresenta os seguintes compromissos:

Aprender Mais: Recuperar a aprendizagem e não deixar alunos para trás.

Implementar o A+A, “Aprender Mais Agora”, um plano de recuperação da aprendizagem que realmente permita aos alunos construir um caminho de sucesso escolar. O A+A incluirá recursos adequados para o apoio aos alunos nas escolas, a capacitação de docentes para implementar um sistema de tutorias, assim como o reforço de créditos horários e o investimento em recursos educativos digitais de apoio ao estudo.

Aprofundar a autonomia dos agrupamentos TEIP e majorar o seu financiamento, com avaliação e prestação de contas, para fomentar projetos de maior integração e igualdade de oportunidades.

Modernizar o sistema educativo, de entre outras medidas através da reestruturação dos ciclos do ensino básico, integrando os 1º e 2º ciclos, de forma a alinhar com a

tendência internacional e garantir uma maior continuidade nas abordagens e um desenvolvimento integral dos alunos.

Incentivar a implementação de práticas educativas interdisciplinares, realizadas ao ar livre, em espaços verdes e em contacto com a natureza.

(<https://www.portugal.gov.pt/gc24/programa-do-xxiv-governo-pdf.aspx>, p. 103-105)

1.2. Caracterização dos Jovens Neet em Portugal

De acordo com um estudo apresentado em 2024 pela Randstad Research com dados da Eurostat (2023), 65% dos jovens em Portugal não tiveram nenhuma experiência enquanto estudavam no ensino superior. O estudo revela que experiência prática durante os estudos é uma componente essencial da qualificação profissional e facilita a transição dos jovens para o mercado de trabalho. Apenas 45% dos jovens em Portugal obteve uma experiência profissional durante os estudos, o que está 9 pontos abaixo da média europeia. E o mais surpreendente é que apenas 9% tiveram uma experiência remunerada durante os estudos, $\frac{1}{3}$ da média UE.

Os dados mostram um desajuste entre a formação académica e a prática profissional dos estudantes. A baixa percentagem de jovens com experiência durante os estudos (experiência educativa), reflete um potencial problema na capacidade do sistema educativo de fornecer uma formação prática relevante e suficiente para o desenvolvimento das competências para o mercado de trabalho. Assim, a formação superior em Portugal não oferece uma experiência prática tão relevante como em outros países europeus e, portanto, é um mito que a formação superior prepara os jovens para o mercado de trabalho (Randstad Research com dados da Eurostat (2023), p. 10).

O mesmo estudo refere ainda, que 9% dos jovens em Portugal são considerados NEET, percentagem que diminuiu para a metade na última década.

Existe uma perceção em Portugal de que a percentagem de jovens que nem estudam nem trabalham (NEET) é elevada, o que levanta preocupações sobre a sua integração

no mercado de trabalho, o seu desenvolvimento profissional e o impacto desta situação no progresso económico e social do país. No entanto, para compreender esta realidade, é essencial analisar dados e compará-los com a média europeia e com a evolução ao longo dos últimos anos.

No contexto nacional, segundo os dados do INE (Instituto Nacional de Estatística), a taxa de jovens NEET em Portugal tem vindo a melhorar de forma gradual nos últimos anos, especialmente após a crise económica. No ano 2013, eram mais de 400 mil os jovens entre 16 e 34 anos que estavam classificados como NEET. Em 2024, este número diminuiu para 188 mil jovens, o que representa uma redução para a metade na última década. Desta forma, atualmente aproximadamente 9% dos jovens entre 16 e 34 anos em Portugal são classificados como NEET. Esta percentagem é maior no caso dos jovens adultos (25 - 34 anos) que supera em 1,3 p.p. a taxa (Randstad Research com dados do INE, p.11).

Em Portugal, a percentagem de jovens NEET é de 9%, sendo inferior à média da UE, que se situa nos 11%. Isso significa que a proporção de jovens portugueses que se encontram fora do sistema de educação e do mercado de trabalho é menor do que a média europeia. Este valor sugere que, embora exista ainda uma preocupação legítima em relação aos jovens NEET em Portugal, a situação não é tão crítica como muitas vezes se assume, especialmente quando comparada com vários outros países da UE ou com períodos anteriores. Embora exista ainda margem para melhorias, especialmente em comparação com países como os Países Baixos ou a Suécia, a situação em Portugal está melhor do que se pensa. Portanto, a análise temporal (histórica) e comparativa desta variável leva-nos a confirmar que é um mito pensar que a situação dos jovens NEET é crítica em Portugal (Randstad Research com dados da Eurostat (2Q 2024), p.

12).

Os dados mais recentes sobre jovens NEET indicam que a região Norte de Portugal concentra a maior percentagem dessa população. Em 2019, cerca de 75.800 jovens dos 15 aos 34 anos na região Norte estavam nesta situação. No concelho do Porto, estima-se que mais de 2.600 jovens entre os 15 e os 29 anos estejam em situação NEET. (Estudo

de Jovens em Situação NEET da Cidade do Porto | Relatório final, 2019, p. 18).
(<https://www.randstad.pt/randstad-research/mitos-e-verdades-jovens-no-mercado-de-trabalho/>)

No Alto Minho, dados mais específicos sobre jovens NEET não estão amplamente disponíveis, mas sendo parte integrante da região Norte, pode-se inferir uma situação semelhante à descrita para o Porto e arredores, com desafios ligados à integração dos jovens no mercado de trabalho e nos sistemas educativos.

Esses jovens são alvo de iniciativas como o programa "Garantia Jovem", iniciativa do Instituto Português do Desporto e da Juventude que busca reintegrá-los no mercado de trabalho ou em programas de educação/formação. Este programa é particularmente relevante para o grupo etário dos 15 aos 29 anos, proporcionando-lhes novas oportunidades de qualificação e estágio.

De uma forma geral uma das principais dificuldades enfrentadas pelos jovens NEET é a falta de conexão com métodos de ensino tradicionais, muitos destes jovens apresentam dificuldades nas interações sociais, fruto de experiências negativas na escola, isolando-se dos seus pares e do mundo que os rodeia. Esses desajustes estão na origem de muitos problemas que estes jovens enfrentam, como a baixa autoestima, que agudiza e acentua o seu isolamento social, enfrentando, muitos deles, problemas relacionados com a saúde mental como ansiedade ou depressão.

As entidades portuguesas inquiridas consideram, por sua vez, que os principais desafios e dificuldades enfrentados pelos jovens NEET em Portugal são: falta de motivação, baixa autoestima e isolamento social. Mencionam também a dificuldade no acesso às oportunidades de formação. Além disso, 72,7% acreditam que o *Outdoor Learning* pode realmente ajudar a superar essas dificuldades nos jovens. Das 11 entidades portuguesas, 72,7% implementaram em algum momento iniciativas específicas de *Outdoor Learning*, manifestando que tiveram impacto positivo na integração social, no aumento da confiança pessoal e no desenvolvimento de competências práticas. Destacam que o *Outdoor Learning* contribui para desenvolver competências sociais, emocionais e também profissionais.

1.3. Metodologias de ensino não formais - *Outdoor Learning*. O caso Português

A resposta a esta problemática requiere uma articulação integrada de vários atores públicos e privados e a implementação de um leque diversificado de medidas. O papel da escola é extremamente relevante e as metodologias de ensino, não convencionais, podem ser ferramentas determinantes para trabalhar questões de motivações de aprendizagem e de preparação para o mundo profissional. Destas, destaca-se o *Outdoor Learning*, ou aprendizagem ao ar livre que tem ganho relevância como uma abordagem inovadora e eficaz para trabalhar com jovens classificados como NEET (*Not in Education, Employment, or Training* – ou seja, aqueles que não estudam, nem trabalham, nem frequentam nenhuma formação). Na hora de obter informações através dos questionários realizados sobre o uso de atividades ao ar livre por parte de entidades portuguesas como ferramenta educativa, 54,5% responderam que as colocam em prática com jovens. Em sua utilização destacam-se as caminhadas e trilhas de caminhada para explorar a natureza e os jogos e dinâmicas de grupo como atividades principais. Esta metodologia pedagógica explora ambientes externos para promover experiências práticas e significativas, oferecendo diversas vantagens específicas para estes jovens.

Por outro lado, o *Outdoor Learning* proporciona um ambiente menos formal e mais interativo, o que pode reavivar o interesse por aprender. Atividades práticas, como jardinagem, trilhos ou projetos comunitários ao ar livre, podem ser mais relevantes e atraentes que o ensino mais convencional. Importa ainda salientar que a aprendizagem ao ar livre promove o trabalho em equipa, a comunicação e a resolução de problemas em cenários reais, fortalecendo as relações sociais de forma mais orgânica. As atividades ao ar livre frequentemente envolvem ações de carácter mais prático, que estimulam a liderança, a tomada de decisão e a gestão do tempo. São experiências que promovem a resiliência, e a autoconfiança e aportam competências facilmente transferíveis para os contextos profissionais, preparando os jovens para oportunidades futuras no mercado de trabalho. Sublinhe-se que a participação em projetos que contribuem para a comunidade ou para o meio ambiente, ajuda os jovens a perceberem que suas ações têm valor. Isso pode ser um ponto de partida importante para despertar sentimentos

de pertença e utilidade ajudando-os a definir um rumo para a vida.

As instituições portuguesas entrevistadas afirmam que o *Outdoor Learning* pode contribuir para desenvolver competências das mais variadas, desde competências sociais, até competências emocionais, práticas e resolutivas.

O *Outdoor Learning* oferece uma abordagem inovadora e inclusiva, rompendo com os métodos tradicionais que muitas vezes não conseguem alcançar este tipo de público (jovens Neet). Ao combinar a aprendizagem, bem-estar emocional, e desenvolvimento de competências práticas, esta metodologia pode ser uma ferramenta poderosa para promover mudanças significativas e duradouras. Investir neste modelo beneficia os jovens diretamente e contribui para comunidades mais inclusivas e resilientes.

Em Portugal, a aprendizagem ao ar livre e outras formas de educação não formal estão progressivamente a ganhar destaque, embora ainda não sejam reguladas de forma detalhada por legislação específica. A legislação existente sobre a autonomia e flexibilidade curricular, a promoção da educação inclusiva e o incentivo a metodologias inovadoras ainda não permite que as escolas integrem práticas de aprendizagem ao ar livre no seu currículo de forma regular e consistente. O reconhecimento da educação não formal no âmbito da formação ao longo da vida e qualificação de jovens e adultos abre portas para práticas educativas fora do contexto tradicional, mas, infelizmente, ainda são muito esporádicas e pouco consistentes.

No sistema educativo português existem diplomas legais que abordam a educação não formal e a valorização de abordagens pedagógicas inovadoras e integrativas, destacando-se: a Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86, de 14 de outubro); Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho – Currículo dos Ensinos Básico e Secundário; Programa Nacional para a Promoção do Sucesso Escolar (PNPSE); Plano Nacional de Leitura 2027 (PNL2027); Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania; Portaria n.º 232/2006 – Educação e Formação de Adultos (EFA); Decreto-Lei n.º 396/2007, de 31 de dezembro – Sistema Nacional de Qualificações (ver Anexo I).

Importa, contudo, mencionar que existem algumas escolas e municípios e um leque, ainda que restrito de organizações, que estão a desenvolver projetos utilizando a metodologia *Outdoor Learning*. Estas iniciativas refletem um movimento que tem vindo, muito lentamente a ganhar espaço, que consiste em obter vantagens do ambiente natural como um recurso pedagógico valioso, promovendo o bem-estar dos alunos e uma aprendizagem mais ativa e participativa (ver Anexo II).

No Norte de Portugal há vários projetos de *Outdoor Learning* voltados para jovens entre 18 e 29 anos que se encontram na condição de NEET. Estas iniciativas têm como objetivo fomentar o desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais, muitas vezes em ligação com o ambiente natural e através de metodologias de aprendizagem ao ar livre:

I) Projeto "O.P.T. – Oportunidade Para Todos" (Guimarães)

Este projeto, desenvolvido pela Câmara Municipal de Guimarães em colaboração com várias entidades locais, é direcionado para jovens NEET e inclui atividades de outdoor learning. O programa visa a inclusão social e a capacitação de jovens através de atividades de voluntariado ambiental, workshops de desenvolvimento pessoal ao ar livre, e ações de cidadania ativa em parques e espaços naturais da região. As atividades ao ar livre incluem a recuperação de espaços verdes e a educação ambiental.

II) Programa "Formação Vida Ativa" (Porto) – IEFP

O Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) no Porto desenvolve o Programa Vida Ativa, voltado para jovens NEET. Além da formação tradicional, este programa inclui módulos de desenvolvimento pessoal e profissional, que podem envolver atividades ao ar livre, como o trabalho em equipa e o desenvolvimento de competências de liderança em espaços naturais. Este tipo de formação visa aumentar a empregabilidade dos jovens e promover uma maior integração social.

III) "Braga Jovem" – Município de Braga

O programa Braga Jovem tem como objetivo envolver jovens NEET em atividades que promovam a inclusão social e o desenvolvimento de competências. Uma parte do programa envolve atividades ao ar livre, como oficinas de competências sociais em

ambientes naturais, visitas guiadas a locais históricos e naturais da região e projetos de voluntariado ambiental. A ligação com a natureza é utilizada como uma ferramenta para aumentar a motivação e a confiança dos participantes.

IV) Erasmus+ Juventude em Ação – Outdoor Learning e Mobilidade

O programa Erasmus+ Juventude em Ação, implementado em várias regiões do norte de Portugal, incluindo Porto, Braga e Vila Real, oferece oportunidades para jovens NEET participarem em projetos de mobilidade internacional e formação não formal. Muitos destes projetos têm um componente de *Outdoor Learning*, com atividades ao ar livre que desenvolvem competências de liderança, trabalho em equipa, e resolução de problemas. Os projetos podem incluir caminhadas, acampamentos e atividades de aventura, combinando o desenvolvimento de competências com o contacto com a natureza.

V) "Academia de Liderança Juvenil" – Coolabora (Covilhã, mas com atividades no Norte)

Embora sediada na Covilhã, a Coolabora tem realizado atividades de outdoor learning no norte de Portugal, em colaboração com outras organizações. A Academia de Liderança Juvenil promove o desenvolvimento de competências de liderança e cidadania ativa para jovens NEET através de atividades ao ar livre, como a organização de eventos comunitários em parques, caminhadas de autoconhecimento, e voluntariado ambiental. Este projeto é especialmente voltado para jovens que enfrentam barreiras ao emprego ou à educação.

VI) "Projeto Nós" – União de Freguesias de Gondomar

Este projeto, promovido pela União de Freguesias de Gondomar, tem como foco a integração social e profissional de jovens NEET, utilizando atividades ao ar livre como ferramenta principal. As ações incluem atividades de voluntariado em parques naturais, manutenção de trilhos e espaços verdes, e formações que combinam educação ambiental com o desenvolvimento de competências interpessoais e profissionais. O objetivo é reforçar o contacto com a natureza e fomentar o desenvolvimento de uma mentalidade proativa nos jovens.

VII) "Campo de Trabalho Internacional de Ambiente" – IPDJ (Viana do Castelo)

Os Campos de Trabalho Internacionais, organizados pelo Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ), incluem atividades para jovens NEET em várias áreas, sendo a área do ambiente uma das mais populares. Em Viana do Castelo, estes campos envolvem atividades de *Outdoor Learning*, onde os participantes trabalham em projetos de conservação da natureza, recuperação de ecossistemas, e campanhas de sensibilização ambiental. Estas atividades promovem a aprendizagem não formal através da experiência prática e do contacto direto com a natureza.

VIII) "Voluntariado Jovem para a Natureza e Florestas" – IPDJ

Este programa do IPDJ é direcionado para jovens, incluindo NEET, com o objetivo de promover o voluntariado em áreas de conservação ambiental e florestal. No norte de Portugal, as atividades ocorrem em várias localidades, como o Parque Nacional da Peneda-Gerês e outros espaços naturais protegidos. Os jovens participam em tarefas ao ar livre, como a vigilância de áreas florestais, limpeza de trilhos e reflorestação, enquanto desenvolvem competências de cidadania, liderança e trabalho em equipa.

IX) Projeto "Jovem NEET, Tu Importas!" – Municípios do Vale do Sousa

Este projeto, desenvolvido por vários municípios do Vale do Sousa, visa capacitar jovens NEET através de atividades de outdoor learning e formação não formal. As atividades incluem workshops ao ar livre, caminhadas de grupo para desenvolver competências sociais e ações de sensibilização em parques naturais. Estas atividades têm como objetivo aumentar a autoestima dos jovens, promover a sua inclusão social e melhorar as suas perspetivas de emprego.

X) "Rotas da Floresta" – Programa Eco-Escolas (Vila Real e Braga)

O programa Rotas da Floresta, inserido no contexto das Eco-Escolas, envolve jovens em atividades de sensibilização e proteção ambiental. Para os jovens NEET, há uma vertente específica de *Outdoor Learning*, onde eles participam em ações práticas no terreno, como o mapeamento de áreas florestais, o estudo da biodiversidade e a

criação de percursos interpretativos. O contacto direto com o ambiente natural é utilizado como uma forma de promover competências práticas e cívicas.

Estes exemplos mostram que há diversas oportunidades de *Outdoor Learning* no Norte de Portugal, direcionadas para jovens NEET. Estas iniciativas combinam o contacto com a natureza e atividades ao ar livre com o desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais, promovendo a integração social e o aumento da empregabilidade destes jovens.

2. Políticas públicas em Espanha em matéria de formação dos jovens

Em Espanha, a responsabilidade pela educação é partilhada entre o governo central e as Comunidades Autónomas, devido à organização territorial descentralizada do país. Os principais organismos relacionados com a área da educação são, resumidamente:

Organismos do Governo Central:

Ministerio de Educación y Formación Profesional (MEFP).

É o organismo central responsável pela definição de políticas gerais de educação, formação profissional e ensino superior. Entre suas funções, destacam-se:

A criação de leis gerais de educação.

A supervisão do cumprimento de padrões mínimos em todo o território nacional.

A gestão de programas nacionais de bolsas e ajudas para estudo.

Instituto Nacional de Evaluación Educativa (INEE).

Parte do MEFP, o INEE é responsável por avaliar a qualidade e eficácia do sistema educativo espanhol, conduzindo estudos e participando de avaliações internacionais como o PISA.

Consejo Escolar del Estado.

Um órgão consultivo que reúne representantes de diferentes setores relacionados à educação, como professores, pais, alunos, sindicato

e empresários. Este conselho emite pareceres sobre reformas e propostas legislativas na área da educação.

Organismos das Comunidades Autónomas:

Cada uma das 17 Comunidades Autónomas tem sua própria **Consejería de Educación**, que gere os sistemas educativos em nível regional. As competências incluem:

A gestão e administração de escolas públicas.

O currículo educacional, dentro dos parâmetros estabelecidos pelo governo central.

Contratação e formação de professores.

Implementação de programas educacionais adaptados às necessidades regionais.

Exemplos:

Catalunha: Departament d'Educació da Generalitat de Catalunya.

Andaluzia: Consejería de Desarrollo Educativo y Formación Profesional.

Madrid: Consejería de Educación, Ciencia y Universidades.

Galicia: *Consellería de Educación, Ciencia, Universidades e Formación Profesional*.

Registe-se ainda outros organismos relacionados, tais como:

Universidades.

O ensino superior é gerido de forma semiautónoma pelas próprias universidades públicas e privadas, mas supervisionado pelas Comunidades Autónomas e pelo Ministério da Educação em coordenação com o Ministerio de Universidades.

Fundación Estatal para la Formación en el Empleo (FUNDAE).

Responsável por promover a formação contínua e profissional para trabalhadores e empresas.

Red Española de Aprendizaje-Servicio (REDApS).

Trata-se de uma rede que promove práticas de aprendizagem por meio de serviço comunitário.

CEAPA (Confederación Española de Asociaciones de Padres y Madres de Alumnos).

Representa as associações de pais em questões educacionais e contribui com propostas

para melhorar a educação em nível nacional.

Importa destacar a cooperação interinstitucional operacionalizada através de estruturas como a **Conferencia Sectorial de Educación**, que reúne regularmente os representantes do governo central e das Comunidades Autónomas para coordenar políticas e resolver problemas no sistema educativo. Esta estrutura descentralizada procura equilibrar a gestão nacional e as especificidades culturais e linguísticas de cada região.

2.1. Caracterização dos Jovens Neet na Galiza

Na Galiza, os jovens NEET representam uma preocupação crescente, refletindo desafios em diversas áreas como a educação, o emprego e a integração social. Em 2023, a taxa de desemprego geral na região foi de 9,7%, evidenciando dificuldades estruturais no mercado de trabalho que afetam de forma significativa os jovens. Além disso, a taxa de atividade na comunidade, que mede a proporção de pessoas em idade ativa empregadas ou em busca de emprego, foi de 53%, um valor relativamente baixo que aponta para desafios na mobilização da força de trabalho jovem. Atualmente, os últimos dados do Instituto Galego de Estatística (IGE) mostram uma taxa geral do 8,3% durante o ano de 2025. No que se refere especificamente à população jovem (16-29 anos), os dados mais recentes do IGE apontam a uma taxa de desemprego do 17,4% (20,1% nos homens e 14,5% nas mulheres).

Entre os jovens NEETs, há um impacto desproporcional sobre a juventude residente em áreas rurais, reflexo de fatores culturais e económicos. Em termos de localização, a população jovem nas áreas rurais tende a ter menos acesso a serviços de educação, formação e de emprego, aumentando a sua vulnerabilidade.

Projetos regionais focados na requalificação, formação profissional e integração no mercado de trabalho, além de estratégias de educação não formal como o outdoor learning, podem desempenhar um papel crucial para reduzir o número de NEETs. Estas abordagens têm o potencial de melhorar a empregabilidade e fomentar competências essenciais para os setores emergentes na região (Instituto Galego de Estatística - IGE, Relatórios Eurostat European Commission).

Em relação às entidades galegas pesquisadas, 75% responderam que sim costumam utilizar atividades ao ar livre como ferramenta educativa, sendo os jogos e dinâmicas de grupo e os programas de sustentabilidade ambiental as iniciativas mais mencionadas. Quanto às competências que acreditam ser mais facilmente desenvolvidas através de práticas de *Outdoor Learning* entre os jovens, destacam-se as competências sociais, emocionais, práticas e resolutivas.

Além disso, 62,5% mencionam a falta de motivação como o principal desafio que os jovens NEET enfrentam na Galiza. Em segundo lugar destacam-se a baixa autoestima e o isolamento social, e 12,5% acrescentam também como dificuldades um contexto de origem desfavorecida, um mercado de trabalho competitivo e um sistema de valores falido. 75% das instituições espanholas consideram que o *Outdoor Learning* pode ajudar a superar essas dificuldades, enquanto os restantes 25% acreditam que apenas "talvez". A maioria, 62,5%, implementou a abordagem *Outdoor Learning* especificamente com jovens que não estudam nem trabalham, e destacam como principal impacto da implementação uma melhor integração social. Também mencionam o aumento da confiança pessoal, o desenvolvimento de outras competências e a oportunidade de criar uma equipa e fomentar o sentido de pertencimento. Quanto às competências e habilidades que mais se desenvolvem através desta metodologia, nas respostas sobressaem as competências emocionais, seguidas das competências sociais e profissionais.

2.2. Metodologias de ensino não formais - *Outdoor Learning*. O caso da Galiza

A Galiza é uma região muito diversa no que diz respeito aos seus elementos naturais (vasta rede de parques naturais, como o Parque Nacional das Ilhas Atlânticas e o Parque Natural Fragas do Eume) e culturais (tradição agrícola e piscatória, artesanato, língua galega, os caminhos de Santiago e as tradições celtas) oferecem, pois, contextos práticos para aprendizagem e para o desenvolvimento de projetos de *Outdoor Learning*, ferramenta de ensino que tem ganho expressão na região, especialmente em iniciativas voltadas para a sustentabilidade, a conexão com o património cultural, material e imaterial e também para o desenvolvimento de competências socio-emocionais.

Alguns exemplos de projetos, bem-sucedidos, de Outdoor Learning na Galiza, são ilustrativos da importância e do alcance desta metodologia de ensino não formal:

I) Educación Ambiental nas Fragas do Eume.

Projeto que promove atividades ao ar livre dentro do Parque Natural Fragas do Eume, com foco na conservação ambiental e na biodiversidade. Este tipo de iniciativa sensibiliza os jovens para questões ambientais, mas também estimula o trabalho em grupo e a conexão com a natureza.

II) Exploração Marítima e Pesca em Rías Baixas.

Projetos educativos realizados em parceria com associações locais de pescadores e marisqueiras ensinam e introduzem os jovens sobre técnicas tradicionais de pesca sustentável, a importância da preservação dos ecossistemas marinhos e o impacto das atividades humanas nos oceanos. Além das atividades práticas, os alunos têm a oportunidade de visitar os portos locais e aprender diretamente com os profissionais do setor.

III) Caminhos de Santiago como Recurso Educativo.

Os Caminhos de Santiago, que atravessam grande parte da Galiza, são utilizados como cenários de projetos educativos que combinam história, geografia e bem-estar físico. Alguns exemplos incluem: Rotas guiadas com oficinas sobre o património histórico e cultural do Caminho. Dinâmicas de grupo que promovem valores como solidariedade e

resiliência. Estudos sobre os impactos do turismo sustentável ao longo das rotas.

IV) Escolas Forestais.

Inspiradas no modelo das "forest schools", algumas escolas galegas, como as localizadas em áreas rurais, começaram a implementar atividades regulares ao ar livre. Crianças participam em jogos didáticos e brincadeiras livres e estruturadas nas florestas locais. Oficinas de jardinagem, cultivo e compostagem. Projetos que estimulam a criatividade e a resolução de problemas em contato direto com a natureza.

V) ComNetNEET.

Projeto que envolve a Fundación Ronsel e que se caracteriza por ser uma iniciativa europeia que visa integrar jovens NEET através de uma abordagem comunitária e de redes locais. O projeto inclui atividades como mentoria para empreendedores e programas de formação adaptados às necessidades dos jovens. (https://neetsinaction.eu/wp-content/uploads/2020/09/NIA_newsletter_3_CECOIA_pt-2.pdf)

VI) Rede Eusumo.

A Rede Eusumo é uma iniciativa que promove a economia social na Galiza, oferecendo oportunidades de formação e emprego para jovens, incluindo aqueles em situação NEET. Através de workshops, cursos e apoio ao empreendedorismo, que visam a integração destes jovens no mercado de trabalho. (https://neetsinaction.eu/wp-content/uploads/2020/09/NIA_newsletter_3_CECOIA_pt-2.pdf)

VII) Red Araña.

É uma associação espanhola de instituições para o emprego que desenvolve projetos voltados para a inserção laboral de jovens NEET. Na Galiza, colabora com entidades locais para oferecer programas de formação, orientação profissional e oportunidades de emprego. (https://neetsinaction.eu/wp-content/uploads/2020/09/NIA_newsletter_3_CECOIA_pt-2.pdf)

VIII) Meet Your Forest.

Projeto que promove novos usos e gestão inovadora da floresta, oferecendo atividades educativas ao ar livre que podem ser adaptadas para jovens NEET.

(https://meetyourforest.com/wpcontent/uploads/2024/07/PT_MeetYourForest_New_uses_and_innovative_management_of_Forest.pdf)

IX) Projeto Ultreia - Rede de Escolas de Ensino Galego Semente.

Escolas de Ensino Galego Semente, desenvolvido nas escolas de Santiago de Compostela e iniciado no verão de 2024, este projeto oferece atividades fora do calendário escolar e além das idades de escolarização habituais, focando-se em valores como ambientalismo, consciência linguística e cultural, e conhecimento do património histórico galego. (<https://semente.gal/apresentacom-do-projeto-ultreia/>)

X) Projetos educativos da Xunta de Galicia.

Trata-se de implementar políticas educativas que valorizam o movimento livre e a curiosidade como fontes de aprendizagem e desenvolvimento, incentivando práticas pedagógicas que incluem atividades ao ar livre.

Estes projetos de *Outdoor Learning* têm demonstrado benefícios significativos:

- **Melhoria no desempenho académico.** Atividades práticas ajudam a fixar conteúdos teóricos, tornando a aprendizagem mais eficaz.
- **Aumento do bem-estar.** O contato com a natureza reduz o stress e melhora a saúde mental dos jovens.
- **Promoção de competências transversais.** Como trabalho em equipa, comunicação e liderança.
- **Sensibilização para a sustentabilidade.** Os alunos tornam-se agentes ativos na preservação do meio ambiente.

3. Obstáculos e desafios do *Outdoor Learning*

Apesar dos benefícios, as metodologias educativas não formais e o *Outdoor Learning* enfrentam desafios desde logo a dependência de recursos financeiros e a necessidade de formação contínua dos professores. No entanto, como se confirmou pelos projetos implementados no território transfronteiriço do Norte de Portugal e da Galiza, há projetos de grande relevância, direcionados para os jovens Neet, cujo sucesso assenta nas parcerias com instituições locais, ONGs e nas iniciativas de âmbito europeu que, simultaneamente têm ajudado a superar as barreiras financeiras e formativas.

O território transfronteiriço (Norte de Portugal/Galiza) continua a ser um modelo promissor para a integração do *Outdoor Learning* como parte essencial do sistema educativo, inspirando outras regiões a seguir o mesmo caminho. Mas a implementação deste tipo de programas enfrenta vários obstáculos que podem limitar o seu uso em centros de formação e entidades do terceiro sector.

As dificuldades identificadas são por norma de cariz **burocrático, organizacional e metodológico**, como aliás é comentado na European Schoolnet, estrutura que apoia os Ministérios da Educação, as escolas, os professores e todas as partes interessadas envolvidas na transformação dos processos educativos na Europa para melhorar a qualidade da educação para todos. Esta entidade avalia a discussões sobre a integração do *Outdoor Learning* e a necessidade de maior flexibilidade nos currículos educacionais, de que é exemplo entre outros, o *STE(A)M Learning Ecologies (SLEs)*, projeto financiado pela UE (*Horizon Europe*) que desenvolve percursos de aprendizagem de ciências, abertos e inclusivos, em ambientes de aprendizagem formal e informal. O projeto salienta as condições necessárias para reunir todos os intervenientes no ensino formal, não formal e informal, bem como as empresas e a sociedade civil, dando-lhes espaço e motivação para tomarem iniciativas e assumirem papéis de relevo. O projeto estuda os benefícios da escola aberta como força motriz na elaboração de políticas europeias e nacionais, introduzindo o conceito de “ecologias de aprendizagem” como veículos para a conceção e concretização de parcerias locais de ensino aberto com impacto (<http://www.eun.org/projects/detail?articleId=10023384>).

Por outro lado, importa salientar as publicações da UNESCO sobre a educação e não

formal e, os desafios globais na adoção de metodologias não convencionais de ensino. Gostaríamos de referir, em concreto o documento Educação para a Cidadania Global. Preparando alunos para os desafios do século XXI, uma edição de 2015, que aborda as tensões entre perspetivas globais e locais na implementação da ECG (Educação para a Cidadania Global); como proceder à integração dos programas globais e nacionais nos currículos; como desenvolver abordagens pedagógicas apropriadas para diferentes contextos e faixas etárias; as dificuldades em mensurar os resultados e as metodologias da educação para a cidadania global. O documento menciona ainda a resistência à adoção à implementação das metodologias de ensino inovadoras em alguns contextos políticos e culturais, designadamente e, sobretudo, a falta de formação adequada de professores para a implementação destas metodologias. (<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000234311>)

Refira-se ainda, vários relatórios dos Fóruns de Educação, que abordam os obstáculos práticos enfrentados pelo ensino não formal em países europeus, incluindo Portugal e Espanha dando especial relevo ao relatório Educação Não Formal no quadro da EDCG (Educação para o Desenvolvimento e para a Cidadania Global) nas ONGD (Organização Não Governamental para o Desenvolvimento) em Portugal: potencialidades, dificuldades e caminhos de ação, editado em 2023 pela Plataforma Portuguesa das ONGD. Este trabalho menciona que “uma das dificuldades identificadas como mais prementes diz respeito à questão da mobilização de participantes para o ENF (Ensino Não Formal)/EDCG”. Esta questão, que se coloca de uma forma mais aguda na intervenção em contextos não escolares (cujo reforço foi considerado prioritário), foi associada ao facto de as ONGD não terem uma comunidade natural de base, para a qual destinar a sua ação.

Ao contrário de outras entidades com características similares (por exemplo associações educativas), as ONGD não têm uma comunidade perfeitamente definida e identificada, para a qual é possível pensar, no longo prazo, a sua intervenção. Isto significa que a comunidade das ONGD é permanentemente construída a partir dos contextos e públicos em que e com quem a sua intervenção decorre. A dificuldade de acesso aos públicos significa para as organizações um esforço substancial e permanente na identificação de públicos potenciais da ENF/EDCG.

(https://www.plataformaongd.pt/uploads/subcanais2/educacao_ao_ngo_formal_no_quadro_da_edcg_nas_ongd_em_portugal.pdf, p. 59).

De forma global podemos mencionar como **obstáculos burocráticos** a ausência de uma eficaz regulamentação e currículos rígidos. Há sistemas educativos com currículos bastante estritos e centralizados, o que pode dificultar a integração de abordagens menos convencionais, como o *Outdoor Learning*. Há pouca flexibilidade para adaptar os conteúdos de modo a incluírem atividades ao ar livre que não estejam diretamente associadas a metas curriculares. Trata-se de uma espécie de resistência cultural e institucional instituída, que ainda prioriza o ensino em sala de aula. Muitos professores, educadores e gestores escolares desconhecem ou não reconhecem o potencial educativo do *Outdoor Learning*, associando-o mais ao lazer do que à aprendizagem estruturada. Essa resistência dificulta a inclusão dessas práticas no currículo formativo das escolas.

As atividades de *Outdoor Learning* exigem, por vezes, aprovações específicas das autoridades locais e de outras entidades reguladoras, o que pode tornar o processo mais demorado e burocrático. Acresce ainda o facto da necessidade de garantir seguros e respeitar regulamentos de segurança durante atividades externas o que ocasiona, necessariamente o aumento da carga burocrática, dificultando a planificação e execução de atividades ao ar livre.

No que se refere aos **obstáculos organizacionais**, muitos estabelecimentos de ensino e organizações de juventude enfrentam dificuldades em termos de financiamento e recursos. Nas entrevistas realizadas a entidades, a falta de recursos financeiros impõe-se como principal barreira e desafio para a implementação deste tipo de metodologias alternativas de aprendizagem (afirma-se 87,5% no caso das instituições espanholas e 70% no caso das portuguesas). Importa salientar, no que diz respeito a uma grande maioria de Jovens NEET, que os mesmos são provenientes de contextos socio-económicos desfavorecidos, requerendo que os programas que se desenham para implementação de atividades exteriores ofereçam gratuidade ou custos reduzidos, o que pode ser um entrave significativo para instituições com orçamentos limitados. O *Outdoor Learning* requer acesso a espaços naturais, materiais didáticos, infraestrutura

de apoio, transporte, equipamentos e pessoal especializado, o que pode ser dispendioso e logisticamente desafiante, aspecto igualmente mencionado pelas entidades inquiridas.

Ainda e no que toca aos obstáculos organizacionais, deve ser dado especial relevo à **capacitação de professores e formadores**. Muitos professores e formadores não têm formação específica para aplicar métodos de ensino ao ar livre. A falta de preparação e confiança dos professores, em relação a estas metodologias de ensino não formais, pode limitar a sua adoção e, por consequência a sua exequibilidade. A formação específica é fundamental para planear e conduzir atividades de ensino fora do contexto da sala de aulas e denota-se uma carência generalizada de programas de formação contínua focados nesta abordagem de modelos alternativos, não convencionais de ensino, o que reduz a confiança dos professores para implementá-la. Ao questionar as entidades participantes da entrevista sobre esta questão, estas destacam que um dos principais recursos necessários para poder realizar atividades de *Outdoor Learning* é a necessidade de formação específica dos profissionais.

Em segundo lugar, colocam que é imprescindível poder contar com espaços ao ar livre adequados, bem como contar com equipamentos e materiais específicos. Por isso, abordar a questão das **infraestruturas** é de vital importância. Nem todas as escolas ou instituições têm fácil acesso a espaços naturais adequados para realizar atividades ao ar livre. Em zonas urbanas pode ser difícil encontrar locais seguros e acessíveis para a prática de *Outdoor Learning*. Por outro lado, a falta de infraestruturas adequadas, como instalações sanitárias e recursos pedagógicos adaptados ao ambiente externo, limita a viabilidade da implementação deste tipo de prática educativa.

Uma chamada de atenção deve ser feita para as questões de **inclusão e acessibilidade**. A implementação de *Outdoor Learning* também enfrenta desafios relacionados à inclusão. Jovens com deficiências físicas, por exemplo, podem encontrar dificuldades em participar de atividades ao ar livre em ambientes não adaptados. Garantir a acessibilidade requer investimentos em infraestrutura e a adaptação de atividades para atender às diversas necessidades do público-alvo.

Na área reservada aos **obstáculos metodológicos** é um imperativo mencionar a **adaptação curricular**. Há desafios na adaptação dos objetivos de aprendizagem formais

aos contextos não formais de outdoor learning. Muitas disciplinas podem ser vistas como difíceis de serem ensinadas ao ar livre, especialmente aquelas que exigem materiais de laboratório ou ambientes mais controlados.

Por outro lado, a **avaliação** da aprendizagem em contextos de ar livre pode ser mais difícil de quantificar comparativamente a métodos mais tradicionais. A ausência de parâmetros claros de avaliação pode ser um entrave para a implementação generalizada. A maioria das entidades inquiridas afirma utilizar tanto indicadores qualitativos como quantitativos para avaliar o impacto das actividades ao ar livre (87,5% em entidades espanholas e 77,8% em entidades portuguesas). Sem dúvida, isso é o mais correto, desenhar um método de avaliação o mais integral possível. Ainda assim, conseguir **medir o impacto** de programas de *Outdoor Learning* para jovens NEET é pois um obstáculo na medida em que se observa dificuldade na concepção e criação de indicadores claros e ferramentas de avaliação, que dificulta e em muitas situações impede a demonstração de resultados tangíveis, situação que pode comprometer o acesso a financiamentos e o apoio de parceiros estruturais para a implementação deste tipo de programas educativos.

A sensibilização e a valorização são um importante critério para o sucesso da implementação destas metodologias educativas inovadoras. A ausência de campanhas de sensibilização que promovam os benefícios do *Outdoor Learning* impede uma maior aceitação por parte das comunidades educativas e das famílias. Muitos pais desconhecem os benefícios dessa abordagem, o que pode gerar resistência à sua implementação.

O **clima** e as **condições meteorológicas**, são outros aspetos a ter em linha de conta. As actividades ao ar livre dependem de condições climáticas favoráveis, o que pode limitar as oportunidades de aprendizagem, especialmente em países ou regiões com climas imprevisíveis. O clima no território transfronteiriço (Norte de Portugal/Galiza), marcado por chuvas frequentes, especialmente no outono e inverno, representa um desafio logístico para actividades ao ar livre. As condições meteorológicas imprevisíveis podem levar ao cancelamento de actividades ou à necessidade de opções alternativas em ambientes fechados.

Por último, importa mencionar as dificuldades em **contexto rural**. Embora as áreas rurais ofereçam amplos espaços naturais para atividades de *Outdoor Learning*, a escassez de escolas próximas a esses locais e a falta de transporte adequado são barreiras para sua implementação. Além disso, as escolas rurais muitas vezes enfrentam maiores limitações financeiras e de recursos humanos.

4. Perspetivas futuras. Recomendações e estratégias para a implementação do *Outdoor Learning*

Diante deste cenário em que a metodologia *Outdoor Learning*, apesar de ser eficaz para desenvolver competências e aptidões na juventude, apresenta uma série de barreiras e dificuldades que limitam significativamente sua implementação, devemos refletir sobre quais ações ou mudanças podem ser realizadas para minimizar esses obstáculos e favorecer o uso de metodologias de aprendizagem não convencionais como a aprendizagem ao ar livre.

As entidades pesquisadas com experiência na implementação do *Outdoor Learning* ou metodologias similares, destacam quatro aspectos como recomendações para sua implementação. O 100% das entidades espanholas afirmam que é essencial, em primeiro lugar, investir na formação especializada de profissionais. Em segundo lugar, e partilhando o mesmo nível de importância, apontam para a criação de redes e parcerias, bem como para a garantia de financiamento adequado para a implementação. Quanto às entidades portuguesas, colocam em primeiro lugar a importância das redes e alianças. Em segundo lugar, também afirmam que é necessário investir em formação especializada e criar mais opções de financiamento. Além disso, uma das organizações portuguesas acrescenta também como recomendação a integração de tecnologias digitais como complemento à aprendizagem ao ar livre.

Certamente, a superação de parte dos obstáculos identificados na implementação de programas de aprendizagem através do *Outdoor Learning* pode ser conseguido através de parcerias locais, designadamente com organizações ambientais, ONGDs e micro e pequenas empresas com atividades no sector ambiental ou em áreas relacionadas com o sector artesanal local, mais vocacionadas para o contacto com a natureza e que podem

auxiliar ajudar a superar barreiras de ordem logística e possivelmente também financeira. À pergunta de se costumam colaborar com outras organizações para implementar atividades de *Outdoor Learning*, 50% das entidades espanholas responderam que sim, e apenas 36,4% das entidades portuguesas. Este resultado mostra que, embora o trabalho em rede entre as instituições seja hoje praticado e as entidades estejam conscientes do seu potencial, ainda há muito espaço para melhorias e as instituições poderiam obter um grande benefício desta prática.

Importa sublinhar que os governos têm responsabilidade para executar políticas que promovam a educação e, tendo em conta as suas atribuições e competências, desempenham um papel fundamental na implementação de metodologias de ensino não formal como o *Outdoor Learning* entre outras ferramentas educacionais direcionadas para os jovens NEET, oferecendo-lhes oportunidades práticas de desenvolvimento pessoal, social e profissional. Importa ainda mencionar que o investimento público pode e deve, ainda, ser direcionado para melhorar a qualidade de infraestruturas e programas de formação contínua, específica e permanente dos professores.

Por outro lado, a implementação de projetos e programas piloto que demonstrem a eficácia do *Outdoor Learning*, ajuda a incentivar a sua adoção e aceitação de forma mais ampla e íntegra. Finalmente, uma atenção especial deve ser dedicada à sensibilização comunitária, mediante campanhas informativas que envolvam as comunidades e as famílias na valorização da educação ao ar livre.

Podemos sintetizar em quatro áreas as recomendações e estratégias fundamentais para a implementação de práticas formativas inovadoras, associadas ao *Outdoor Learning*:

1. Criação de programas educativos específicos, desenvolvendo currículos adaptados ao *Outdoor Learning*, integrando competências práticas em áreas como sustentabilidade ambiental, habilidades manuais e ciência aplicada. Estes programas poderiam ser desenvolvidos em parceria com instituições de ensino superior e centros de formação profissional, estabelecendo redes de apoio.

2. Articulação com políticas de qualificação e formação profissional em coordenação

com os organismos responsáveis das mesmas. Os diferentes atores com capacidade de decisão na área da educação tanto em Portugal como em Espanha podem criar condições de alinhamento do *Outdoor Learning* com as estratégias nacionais de formação profissional. Assim, os jovens NEET poderiam vir a adquirir competências que os preparassem melhor para o mercado de trabalho.

3. Parcerias e rede de colaboração. Um conjunto de organismos que atuam diretamente na área da educação podem ser parceiros fundamentais no desenvolvimento de projetos inovadores de *Outdoor Learning*, conectando empresas, ONGs, associações e centros formativos para criar oportunidades de aprendizagem prática e sinergias. Por exemplo, projetos de empreendedorismo sustentável ou de inovação comunitária podem ser implementados conjuntamente.

4. Valorização da cultura científica e tecnológica, assente na promoção de atividades ao ar livre que envolvam experimentação científica, como projetos de pesquisa em biologia, energia renovável ou agricultura, incluindo agricultura em espaços urbanos, a articular com instituições de ensino superior. Além disso, apoio à estratégia para o Espaço em sintonia e em articulação com as Estratégias Nacionais das Agência Espaciais Portuguesa e da Agencia Espacial Española. O outdoor learning pode incluir atividades relacionadas com a observação astronómica, construção de dispositivos simples e experiências científicas, ligando assim a aprendizagem experiencial na natureza com o fomento pelo interesse científico na juventude.

As entidades que participaram do questionário foram questionadas sobre a observação e identificação de **boas práticas** na metodologia *Outdoor Learning*. Neste ponto, destaca-se em primeiro lugar a implementação de programas de carácter inclusivo, entendido em sentido amplo. Também destacam-se outras práticas como a adoção de abordagens em sustentabilidade ambiental ao desenhar projetos, metodologias que fomentam a interação e o uso de um *feedback* contínuo por parte dos participantes com a finalidade de readaptar e melhorar as atividades.

Por fim, foi-lhes colocada a questão de como integrar o *Outdoor Learning* nas políticas públicas dirigidas à juventude, e especificamente a àqueles jovens NEET que não estudam nem trabalham. Foram recebidas as seguintes propostas:

1. Criação de incentivos financeiros e novas vias e possibilidades de financiamento para as organizações que trabalham no setor.
2. Elaboração de programas específicos de apoio.
3. Inclusão da metodologia no currículo escolar e formativo.
4. Desenvolvimento de plataformas online que permitam intercomunicar iniciativas entre diferentes instituições.
5. Elaboração de propostas mais atrativas, tanto para as fontes financiadoras quanto para a juventude potencialmente participante.

5. Conclusões

A implementação do projeto binacional PEGADAS durante o ano de 2025 e os dois primeiros meses de 2026, bem como o contato com diferentes instituições e associações da Espanha e Portugal que se envolveram no projeto ao nível da captação de participantes, participação em questionários e outras colaborações pontuais, nos mostra que a metodologia implementada (projetada a partir das características principais do *Outdoor Learning*) foi eficaz. Isto permite-nos afirmar que a aprendizagem ao ar livre pode ser muito eficaz e altamente recomendada para trabalhar *soft skills* e competências para a empregabilidade de jovens em situação de desemprego ou em risco de exclusão social.

As recomendações e sugestões enquadradas na metodologia *Outdoor Learning* mencionadas no documento pretendem dar um impulso a àquelas entidades, associações e centros de formação que tenham interesse em implementar iniciativas que partam de metodologias semelhantes, pois acreditamos que estas podem trazer claros benefícios para os jovens. Entre elas, podemos referir em matéria de reintegração social, promovendo o trabalho em grupo, aumentando a autoestima e a conexão dos jovens com a comunidade; uma aprendizagem substantiva, assente em atividades práticas que ajudam a consolidar competências úteis e aplicáveis na vida diária e na inserção laboral.

Além disso, é relevante mencionar que esta metodologia pressupõe uma inovação na componente educacional, já que oferece alternativas ao ensino tradicional, que muitas vezes não chega a atender todas as necessidades desses jovens. É notável, também, a importância da colaboração e do trabalho em rede com outras áreas de desenvolvimento, especificamente com as áreas de economia, empreendedorismo e inovação, destacando os benefícios no trabalho, solidariedade e inclusão social e o estabelecimento de possíveis sinergias entre diferentes instituições.

O potencial do *Outdoor Learning* poderia ser amplificado e aumentado com o envolvimento da sociedade civil que pode auxiliar na criação e no fomento de parcerias com associações locais, com municípios e com centros de juventude, garantindo que os jovens tenham acesso a espaços seguros, a recursos e a orientações bem estruturadas que lhes permita desenvolver as suas competências para o emprego e também as chamadas *soft skills* ou competências comportamentais necessárias para a vida e para melhorar a sua empregabilidade.

Em suma, tanto em Portugal como em Espanha há ótimas condições e alto potencial para a implementação de um sistema eficaz de formação ao ar livre para jovens NEET. Através de uma abordagem integrada, baseada na inovação, qualificação profissional e colaboração intersectorial, o *Outdoor Learning* pode ser um catalisador para a transformação nas esferas da educação e da inovação, promovendo o desenvolvimento de competências essenciais e reintegrando os jovens na sociedade e no mercado de trabalho.

Referências

ComNetNEET (2019). Neets in Action Newsletter. https://neetsinaction.eu/wp-content/uploads/2020/09/NIA_newsletter_3_CECOA_pt-2.pdf

European Schoolnet. <http://www.eun.org/projects/detail?articleId=10023384>

EUROSTAT. <https://ec.europa.eu/eurostat>

Instituto Galego de Estadística.
https://www.ige.gal/web/mostrar_seccion.jsp?codigo=0204

Meet Your Forest Proyect. <https://meetyourforest.com/>

Página web oficial República Portuguesa. <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc24/area-de-governo/educacao-ciencia-e-inovacao/acerca>

Página web oficial Xunta de Galicia. <https://www.xunta.gal/>

Plataforma Portuguesa das ONGD. <https://www.plataformaongd.pt/>

Programa XXIV Governo Constitucional, República Portuguesa.
<https://www.portugal.gov.pt/gc24/programa-do-xxiv-governo-pdf.aspx>

Randstat. Mitos e verdades: jovens no mercado de trabalho.
<https://www.randstad.pt/randstad-research/mitos-e-verdades-jovens-no-mercado-de-trabalho/>

Semente. Escola de Ensino Galego. <https://semente.gal/apresentacom-do-projeto-ultreia/>

UNESCO (2015). *Educação para a cidadania global: preparando alunos para os desafios do século XXI*. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000234311>

Anexo I

Legislação portuguesa onde é feita referência ao ensino não formal:

1. Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86, de 14 de outubro)

A Lei de Bases do Sistema Educativo é o principal diploma que estabelece o quadro geral da educação em Portugal. No entanto, não faz uma referência direta ao "outdoor learning". A Lei refere-se à **promoção de uma educação integral**, incluindo a formação física, moral, cívica e cultural dos cidadãos, o que pode ser interpretado como abrangente de atividades educativas ao ar livre e outras metodologias alternativas, quando integradas no currículo.

2. Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho – Currículo dos Ensinos Básico e Secundário

Este decreto regulamenta a organização curricular do ensino básico e secundário em Portugal, promovendo a **autonomia e flexibilidade curricular**. As escolas têm maior liberdade para adaptar os conteúdos e metodologias às necessidades dos alunos e contextos locais, o que abre espaço para práticas de ensino ao ar livre e abordagens não formais no contexto educativo. Esta autonomia permite que as escolas desenvolvam projetos educativos que incluam o outdoor learning.

3. Programa Nacional para a Promoção do Sucesso Escolar (PNPSE)

Embora não seja um diploma legal específico, este programa incentiva o uso de metodologias inovadoras para promover o sucesso escolar, incluindo atividades fora do ambiente tradicional da sala de aula, que podem incluir o outdoor learning e outras formas de educação não formal, como visitas de estudo, projetos comunitários e atividades interdisciplinares.

4. Portaria n.º 223-A/2018, de 3 de agosto – Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória

Este documento descreve o perfil desejado dos alunos ao concluir a escolaridade obrigatória, com uma ênfase em competências para a vida e aprendizagens diversificadas. Incentiva métodos de aprendizagem que desenvolvam competências de cidadania, criatividade e resolução de problemas, podendo incluir a educação não formal e atividades ao ar livre como formas de aprendizagem complementares.

5. Plano Nacional de Leitura 2027 (PNL2027)

O PNL2027 promove atividades de leitura que não se limitam ao ambiente formal da escola, incentivando práticas não formais de leitura e aprendizagem que podem ser realizadas ao ar livre ou em outros contextos alternativos, incluindo atividades comunitárias e de partilha cultural.

6. Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania

Este documento estabelece que a educação para a cidadania deve ser transversal ao currículo e pode incluir experiências de aprendizagem não formais e atividades ao ar livre que

incentivem a participação ativa dos alunos na sociedade, desenvolvendo competências sociais e de cidadania.

7. Portaria n.º 232/2006 – Educação e Formação de Adultos (EFA)

Embora centrada em adultos, esta portaria regulamenta os programas de **educação e formação de adultos (EFA)**, que frequentemente utilizam métodos de educação não formal, como workshops, projetos comunitários, e experiências práticas que podem incluir o outdoor learning como parte do desenvolvimento de competências.

8. Decreto-Lei n.º 396/2007, de 31 de dezembro – Sistema Nacional de Qualificações

Este diploma abrange a formação profissional e a educação não formal no contexto da qualificação de jovens e adultos. A educação não formal é reconhecida como uma ferramenta importante para a aprendizagem ao longo da vida, e a formação pode ocorrer em ambientes não convencionais, incluindo atividades ao ar livre.

9. Direção-Geral da Educação – Orientações Curriculares

A **Direção-Geral da Educação (DGE)** tem publicado orientações que promovem metodologias pedagógicas inovadoras, encorajando o uso de diferentes contextos de aprendizagem, como o outdoor learning, especialmente no **pré-escolar** e no **1.º ciclo do ensino básico**. Embora estas orientações não tenham força de lei, influenciam a prática pedagógica nas escolas portuguesas.

Outros Documentos e Iniciativas

Várias escolas e agrupamentos em Portugal têm aproveitado a **autonomia curricular** para implementar projetos específicos de outdoor learning, muitas vezes em colaboração com programas europeus como o **Erasmus+**, que valoriza a educação não formal e metodologias inovadoras.

Anexo II

Projetos educativos, portugueses, que promovem ensino mais interativo, ligado ao ambiente e ao desenvolvimento de competências sociais, físicas e cognitivas em contextos fora da sala de aula tradicional:

Projeto “Escola da Floresta” (Forest School)

Este modelo, inspirado no conceito internacional de "Forest Schools", tem vindo a ser implementado em várias escolas e jardins de infância em Portugal, como no **Jardim de Infância de Oeiras**. As crianças passam grande parte do seu tempo ao ar livre, explorando o ambiente natural, aprendendo sobre a natureza, e desenvolvendo competências motoras, sociais e cognitivas. A filosofia é que o contacto com a natureza melhora a aprendizagem e o bem-estar dos alunos.

Programa Eco-Escolas

O **Programa Eco-Escolas**, coordenado pela **Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE)**, promove a educação ambiental e a sustentabilidade em várias escolas do país. Como parte deste programa, muitas escolas desenvolvem atividades de outdoor learning, como a criação de hortas escolares, a realização de aulas ao ar livre, projetos de reciclagem e estudo de ecossistemas locais. Este programa envolve os alunos em atividades práticas que relacionam a teoria aprendida em sala de aula com a prática no exterior.

Projeto “Escolas no Parque” – Parque Natural Sintra-Cascais

No **Parque Natural de Sintra-Cascais**, algumas escolas participam no projeto **Escolas no Parque**, que visa levar os alunos para atividades educativas ao ar livre, onde aprendem sobre biodiversidade, ecossistemas e preservação ambiental. As atividades são guiadas por educadores ambientais e visam reforçar os conteúdos curriculares de ciências e educação para a cidadania.

Aulas ao Ar Livre – Escola Básica de Viseu

A **Escola Básica de Viseu** foi uma das instituições que adotou aulas ao ar livre como parte integrante do seu plano de atividades. Professores de diversas disciplinas levam os alunos para fora da sala de aula, utilizando o espaço exterior da escola, como o jardim e o recreio, para desenvolver atividades interdisciplinares, reforçando a aprendizagem de matérias como ciências, matemática e artes de forma mais dinâmica.

Agrupamento de Escolas Coimbra Sul – Horta Pedagógica

Neste agrupamento de escolas, há um projeto de **horta pedagógica**, onde os alunos do 1.º ciclo e do ensino pré-escolar aprendem a plantar, cuidar e colher alimentos. Este tipo de outdoor learning promove o contacto direto com a natureza e ensina conceitos de biologia, sustentabilidade e alimentação saudável.

Projeto “Ciência Viva no Verão”

O projeto **Ciência Viva no Verão**, promovido pela **Agência Nacional Ciência Viva**, oferece atividades de outdoor learning durante os meses de verão, envolvendo jovens e adultos em atividades práticas de ciência, como a observação de estrelas, visitas a parques naturais e explorações de biodiversidade. Muitas escolas utilizam este programa como complemento das suas atividades curriculares.

Escola Secundária de Carcavelos – Aulas de Educação Física ao Ar Livre

A **Escola Secundária de Carcavelos** implementou um programa onde as aulas de educação física são realizadas ao ar livre em espaços verdes e praias locais. Além da prática de desportos tradicionais, os alunos são incentivados a explorar o ambiente natural, realizando atividades de caminhada, corrida e yoga ao ar livre, promovendo a saúde física e mental.

Projeto “A Escola e a Floresta” – Câmara Municipal de Vila Real

A **Câmara Municipal de Vila Real**, em colaboração com escolas locais, desenvolveu o projeto **A Escola e a Floresta**, que visa sensibilizar os alunos para a importância da preservação florestal. As crianças são levadas para a floresta local, onde participam em atividades de educação ambiental, incluindo a plantação de árvores, estudos de biodiversidade e jogos educativos.

Escola Básica da Quinta do Conde – Aulas em Espaços Verdes

A **Escola Básica da Quinta do Conde**, no concelho de Sesimbra, utiliza espaços verdes próximos para desenvolver atividades ao ar livre. Professores de várias disciplinas, como ciências e geografia, utilizam o ambiente natural como uma extensão da sala de aula, fazendo com que os alunos observem diretamente o que aprendem nos livros, como por exemplo a fauna e flora locais.

Projeto “Escola ao Ar Livre” – Município de Albufeira

Este projeto, implementado pelo **Município de Albufeira**, foca-se na realização de atividades pedagógicas ao ar livre para alunos do pré-escolar e 1.º ciclo, com o objetivo de fomentar a ligação das crianças com a natureza e promover aprendizagens mais interativas. São realizadas atividades como caminhadas guiadas, observação de espécies de plantas e animais, e projetos de arte ao ar livre.

“Outdoor Learning Day”

Em várias escolas de Portugal, o **Outdoor Learning Day** é um evento anual que incentiva as escolas a realizar pelo menos um dia de aulas ao ar livre. Durante esse dia, os professores organizam atividades fora da sala de aula, utilizando parques, jardins e outros espaços exteriores para trabalhar conteúdos curriculares em diferentes disciplinas.

Anexo III. Guião dos questionários

Guião dos questionários realizados a entidades portuguesas e espanholas

A CIM Alto Minho coordena a Atividade 4 "recomendações políticas e institucionais" - que prevê entrevistas com responsáveis da área pedagógica, emprego e orientação laboral, centros de formação, associações e ONGs. Neste sentido foi elaborado um questionário para que as entidades interessadas no projeto e que decidiram colaborar com o estudo pudessem responder facilmente de forma online.

As respostas foram tratadas de forma confidencial e utilizadas apenas para os fins desta investigação. Segue abaixo o roteiro de perguntas utilizado, tanto para as entidades espanholas como para as portuguesas:

Secção 1, define o perfil da pessoa entrevistada:

Qual é o seu cargo na instituição?

Qual é a missão principal da sua instituição?

Há quanto tempo trabalha em educação ou formação?

Trabalha especificamente com jovens NEET?

Secção 2, procura apurar o conhecimento e as práticas de *Outdoor Learning*:

Como definiria o *Outdoor Learning*?

A sua instituição utiliza atividades ao ar livre como ferramenta educativa? Se respondeu "Sim", quais formatos utilizam mais?

Que competências acredita que são mais facilmente desenvolvidas através do *Outdoor Learning*?

Secção 3, avalia a relevância do *Outdoor Learning* para trabalhar com jovens NEET:

Na sua experiência, quais são os principais desafios que os jovens NEET enfrentam? Acredita que o *Outdoor Learning* pode ajudar a superar esses desafios?

Já implementou a metodologia de *Outdoor Learning* com jovens NEET? Se respondeu "Sim", qual foi o impacto observado?

Que competências são mais beneficiadas através do *Outdoor Learning* para jovens

NEET?

Sección 4, aborda las cuestiones de implementación y sostenibilidad:

¿Cuáles son los principales recursos necesarios para las actividades de *Outdoor Learning*? ¿Cuáles son los desafíos que enfrenta la implementación de estas actividades?

¿Tu institución colabora con otras organizaciones para implementar la metodología de aprendizaje al aire libre?

¿Cómo evaluáis el impacto de las actividades al aire libre?

Secção 4, aborda as questões ligadas à implementação e sustentabilidade:

Quais são os principais recursos necessários para as atividades de *Outdoor Learning*?

Quais são os desafios que a implementação destas atividades enfrenta?

A sua instituição colabora com outras organizações para implementar a metodologia de aprendizagem ao ar livre?

De que forma avalia o impacto das atividades ao ar livre?

Sección 5, sugerencias y perspectivas futuras:

¿Qué recomendaciones harías a las organizaciones que desean implementar el aprendizaje al aire libre?

¿Qué buenas prácticas has observado en el campo del *Outdoor Learning*?

¿Cómo se puede integrar el aprendizaje al aire libre en las políticas públicas dirigidas a los jóvenes NEET?

Secção 5, sugestões e perspectivas futuras:

Que recomendações faria para as organizações que desejam implementar a aprendizagem ao ar livre?

Que boas práticas observa no campo do *Outdoor Learning*?

Como a aprendizagem ao ar livre pode ser integrada em políticas públicas para jovens NEET?

Seção 6, conclusões, permitindo à pessoa pesquisada adicionar comentários e

informações relevantes que ajudem a enquadrar melhor a importância do *Outdoor Learning*.

Anexo IV. Resultados dos questionários

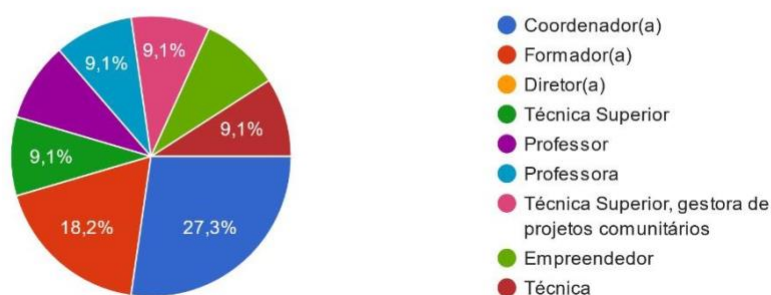
1. Portugal

Respostas obtidas a partir dos questionários realizados a entidades e associações em Portugal (11 no total):

Secção 1: Perfil da pessoa entrevistada

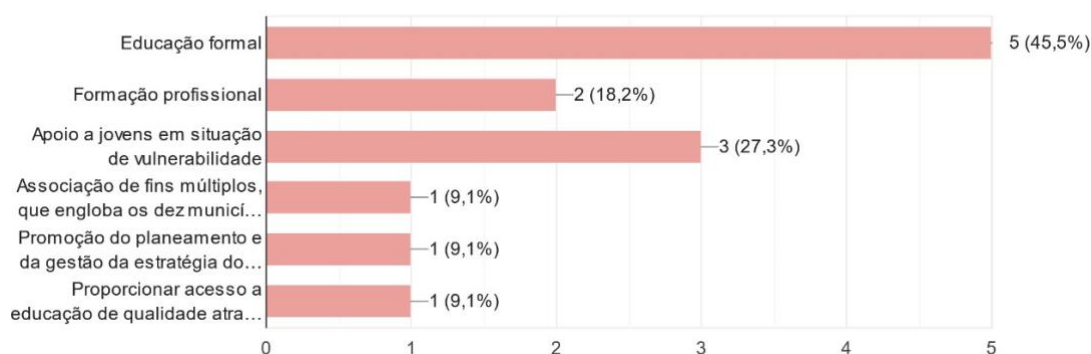
Qual é o seu cargo na instituição?

11 respostas



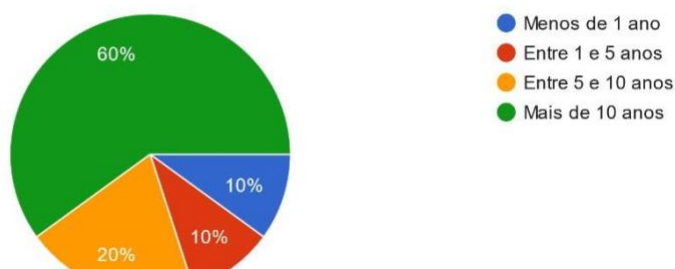
Qual é a missão principal da sua instituição?

11 respostas



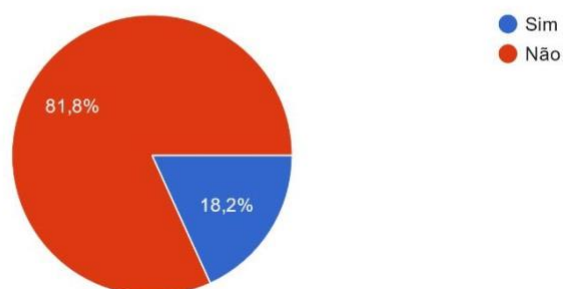
Há quanto tempo trabalha com educação ou formação?

10 respostas



Trabalha especificamente com jovens NEET?

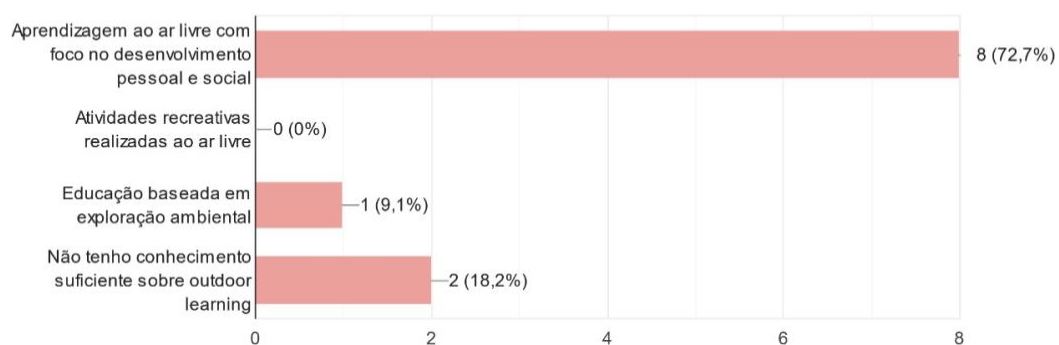
11 respostas



Secção 2: Conhecimento e práticas de *Outdoor Learning*

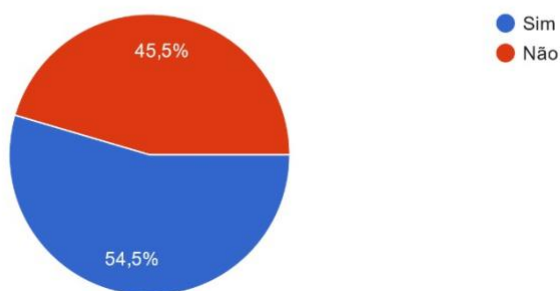
Como definiria o outdoor learning?

11 respostas



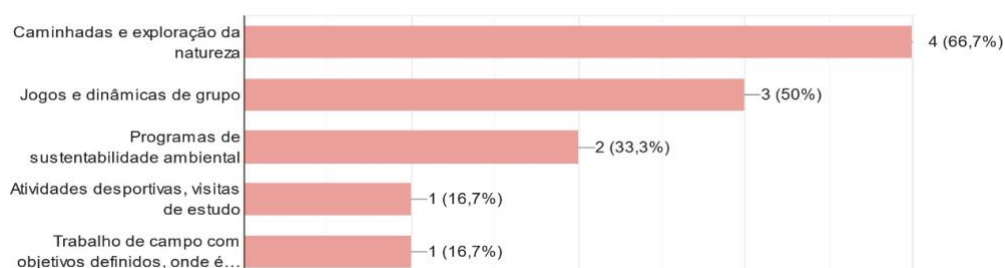
A sua instituição utiliza atividades ao ar livre como ferramenta educativa?

11 respostas



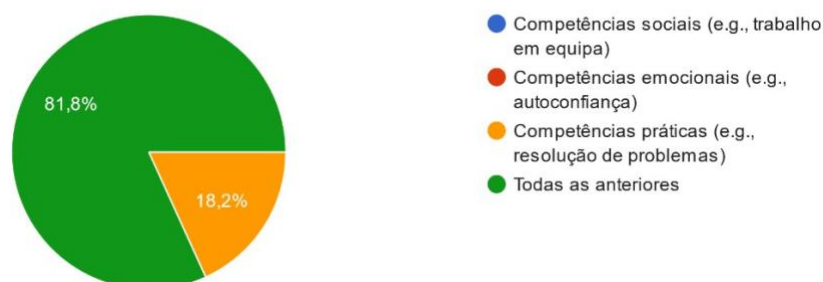
Se respondeu "Sim", quais formatos são mais usados?

6 respostas



Que competências acredita que são mais facilmente desenvolvidas através do outdoor learning?

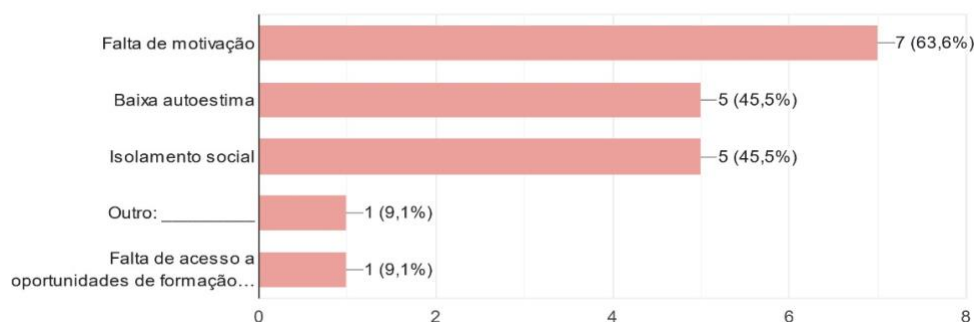
11 respostas



Secção 3: Relevância do *Outdoor Learning* para Jovens NEET

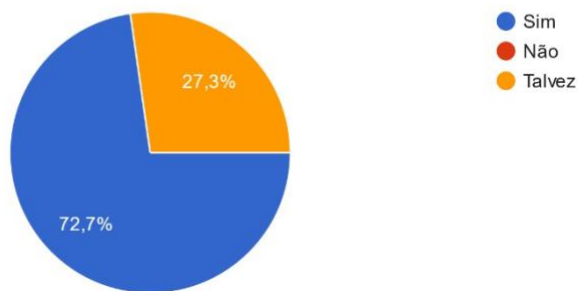
Na sua experiência, quais são os principais desafios enfrentados por jovens NEET?

11 respostas



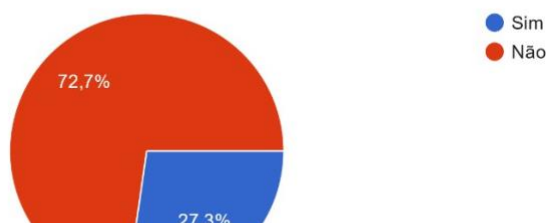
Acredita que o outdoor learning pode ajudar a superar esses desafios?

11 respostas



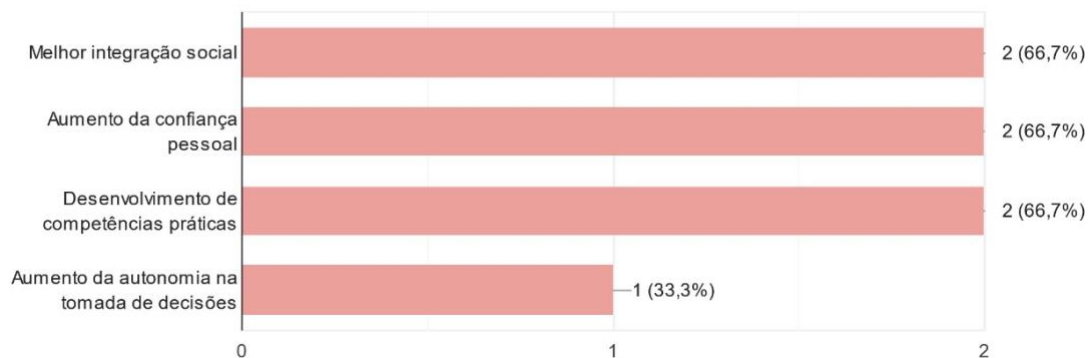
Já implementou outdoor learning com jovens NEET?

11 respostas



Se respondeu "Sim", qual foi o impacto observado?

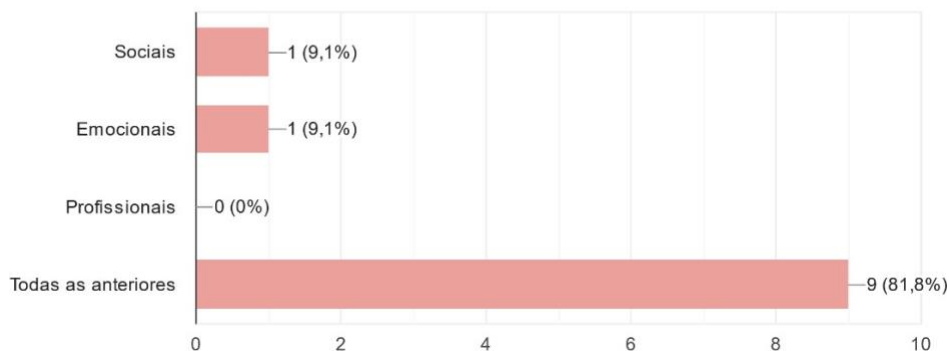
3 respostas



Secção 4: Implementação e sustentabilidade

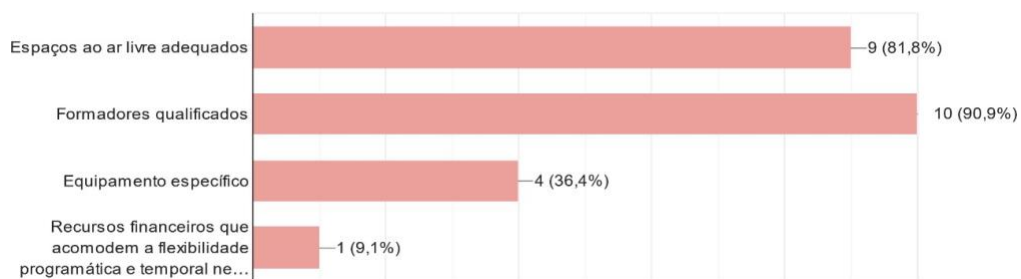
Que competências são mais beneficiadas através do outdoor learning para jovens NEET?

11 respostas



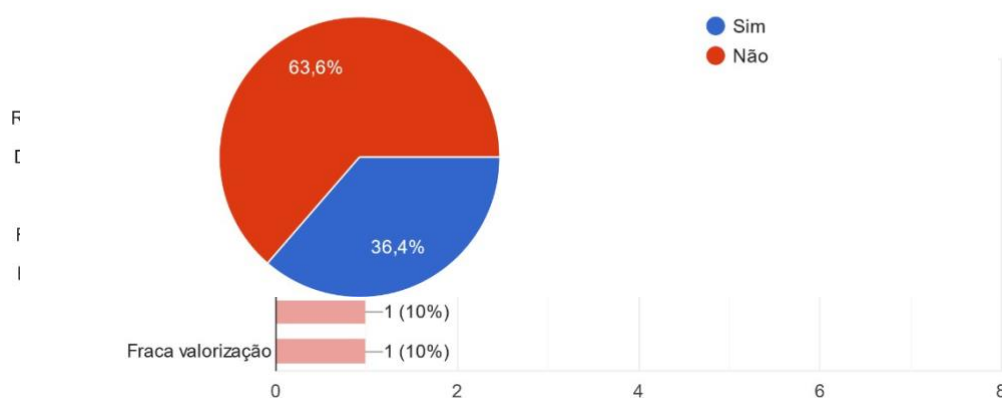
Quais são os principais recursos necessários para atividades de outdoor learning?

11 respostas



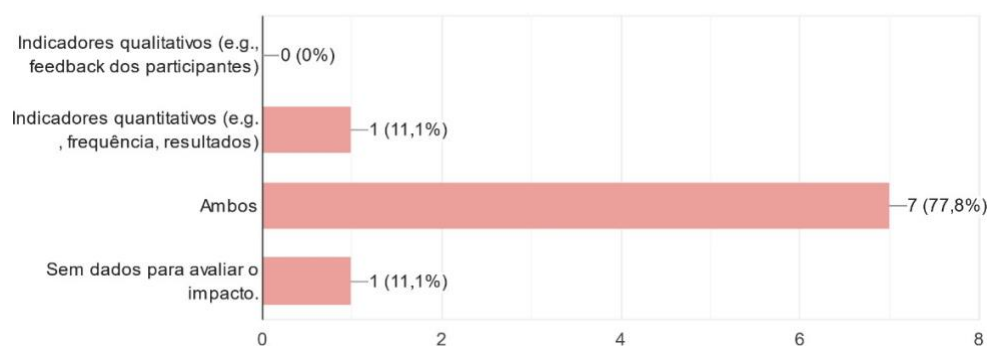
A sua instituição colabora com outras organizações para implementar outdoor learning?

11 respostas



De que forma avalia o impacto das atividades ao ar livre?

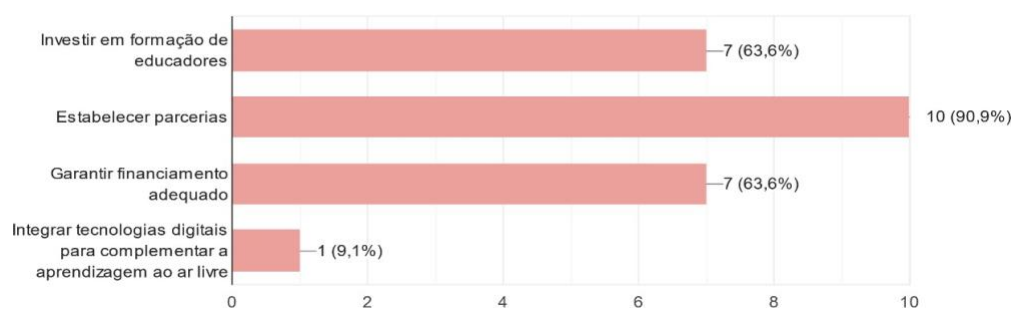
9 respostas



Secção 5: Sugestões e perspectivas futuras

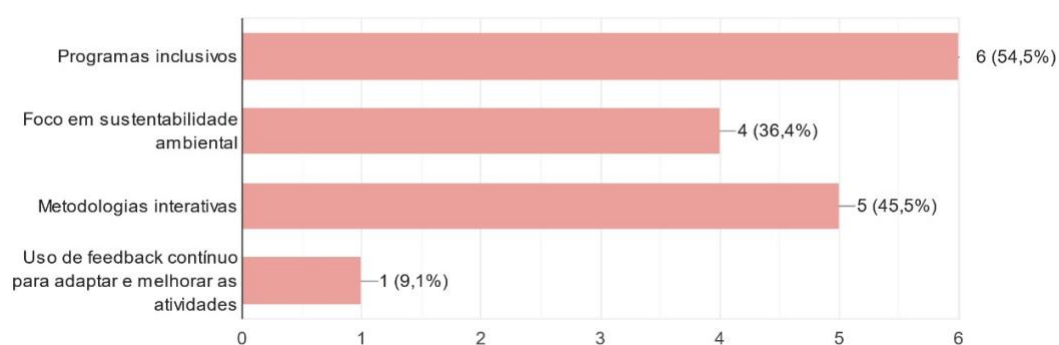
Que recomendações faria para organizações que desejam implementar outdoor learning?

11 respostas



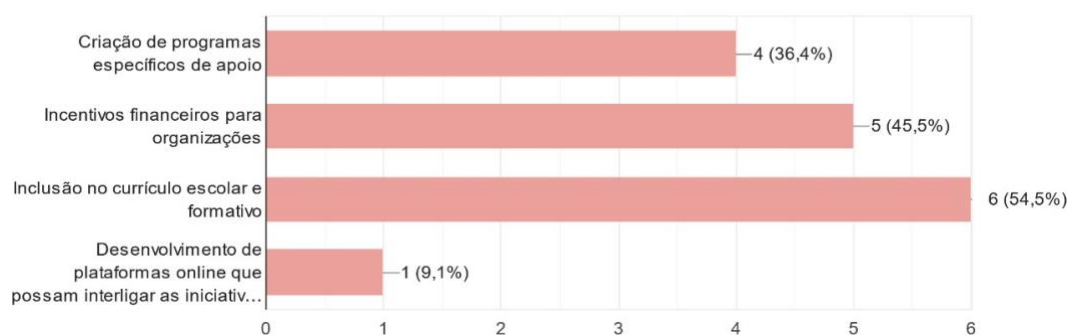
Que boas práticas observa no campo do outdoor learning?

11 respostas



Como integrar outdoor learning em políticas públicas para jovens NEET?

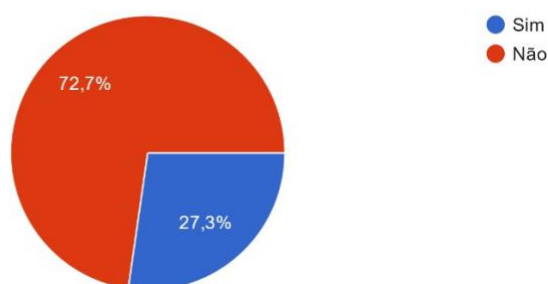
11 respostas



Conclusões

Gostaria de adicionar mais alguma informação?

11 respostas



Foram obtidas três respostas:

“Não se deve fazer projetos desarticulados, deve haver uma continuidade e para isso é fundamental a existência de recursos financeiros, bem como trabalharmos em parceria para o bem desses jovens (e dos restantes que apoiamos) e para que os mesmos sejam despertados para a necessidade de trabalhar e, simultaneamente, praticar voluntariado para o bem-estar pessoal e coletivo.”

“É essencial promover a sensibilização sobre os benefícios do outdoor learning entre os decisores políticos e as comunidades locais, para garantir apoio contínuo e impacto sustentável.”

“Uma vez que tenho um projeto de aprendizagem online, acredito que a integração de outdoor learning com cursos online pode maximizar o alcance e a flexibilidade, permitindo que jovens NEET participem de forma mais acessível e adaptada às suas necessidades individuais.”

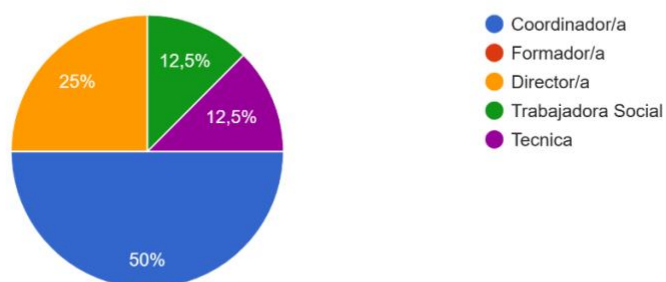
2. Espanha

Respostas obtidas dos questionários realizados a entidades e associações em Espanha (8 no total):

Secção 1: Perfil da pessoa entrevistada

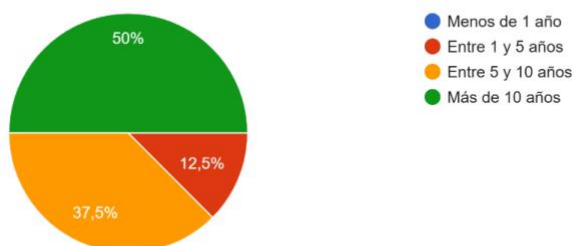
¿Cuál es tu cargo en la institución en la que trabajas?

8 respuestas



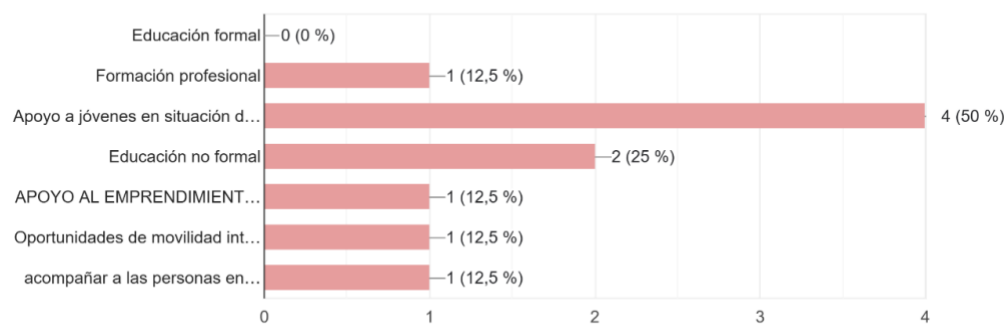
¿Cuánto tiempo llevas trabajando en el área de educación y/o formación?

8 respuestas



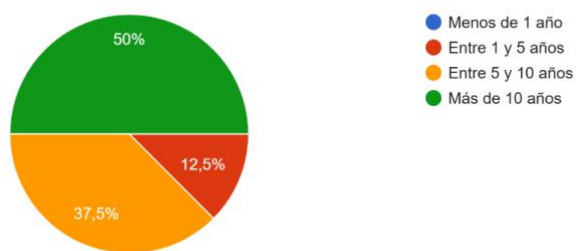
¿Cuál es la misión principal de tu institución?

8 respuestas



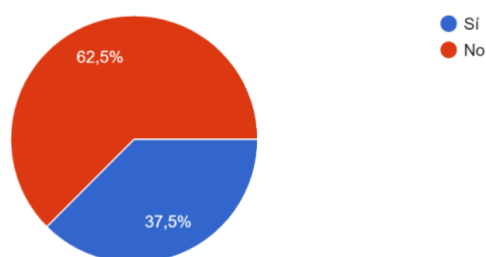
¿Cuánto tiempo llevas trabajando en el área de educación y/o formación?

8 respuestas



¿Trabajas específicamente con jóvenes que ni estudian ni trabajan?

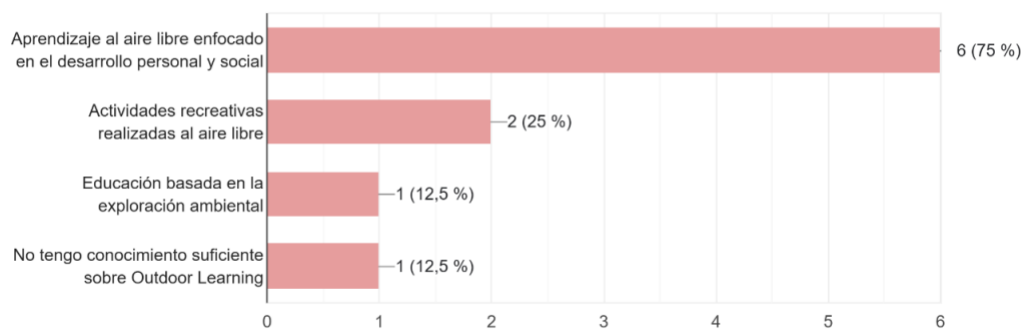
8 respuestas



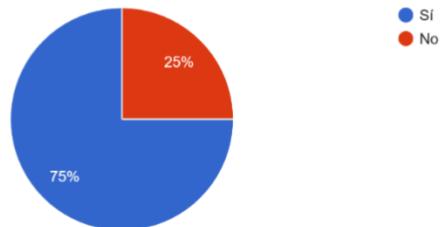
Secção 2: Conhecimento e práticas de *Outdoor Learning*

¿Cómo definirías el enfoque Outdoor Learning?

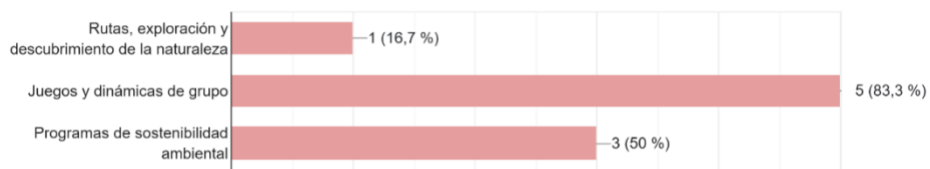
8 respuestas



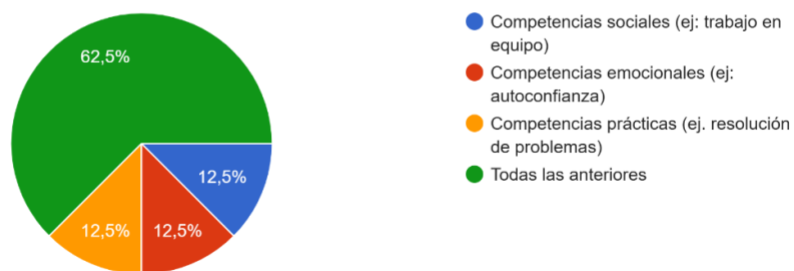
¿Tu institución emplea actividades al aire libre como herramienta educativa?
8 respuestas



Si respondiste "Sí", ¿qué dinámicas o recursos utilizáis con mayor frecuencia?
6 respuestas



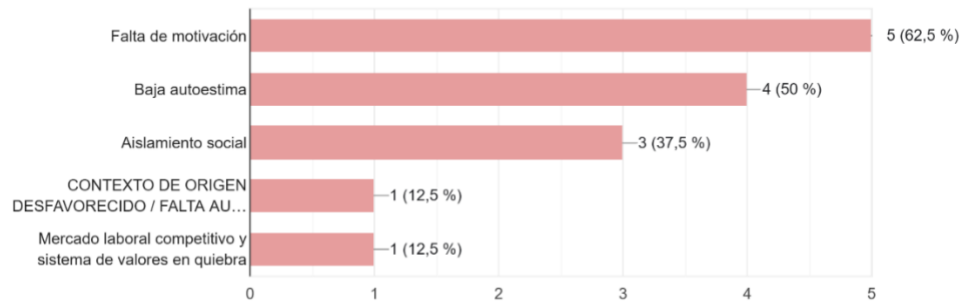
¿Qué competencias crees que pueden ser más fácilmente desarrolladas a través del Outdoor Learning?
8 respuestas



Secção 3: Relevância do *Outdoor Learning* para Jovens NEET

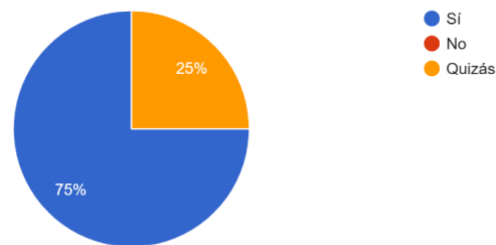
Según tu experiencia, ¿cuáles son los principales desafíos a los que se enfrenta la juventud que ni estudia ni trabaja?

8 respuestas



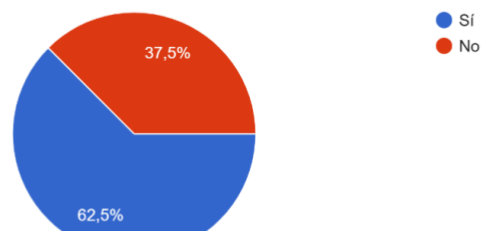
¿Crees que el Outdoor Learning puede ayudar a superar estos desafíos?

8 respuestas



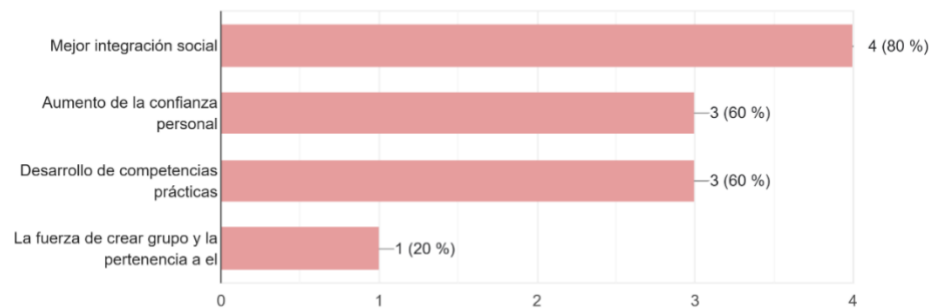
¿Has implementado en alguna ocasión el enfoque Outdoor Learning con jóvenes que ni estudian ni trabajan?

8 respuestas



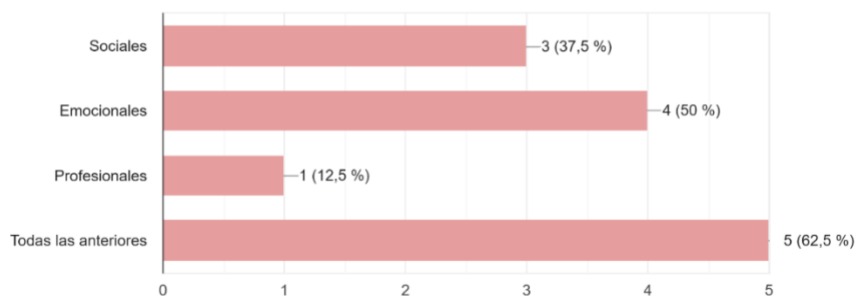
Si has respondido "Sí", ¿cuál fue el impacto observado?

5 respuestas



¿Qué competencias se pueden ver más desarrolladas a través del Outdoor Learning en la juventud que ni estudia ni trabaja?

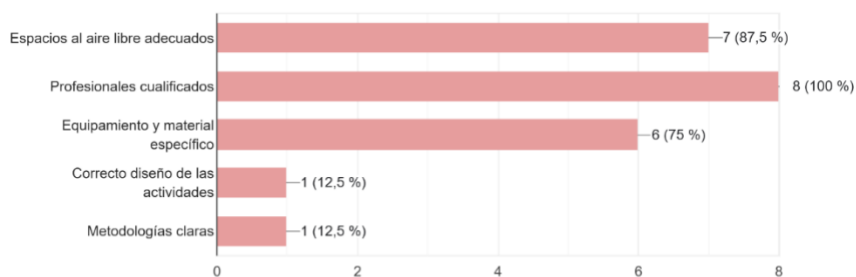
8 respuestas



Secção 4: Implementação e sustentabilidade

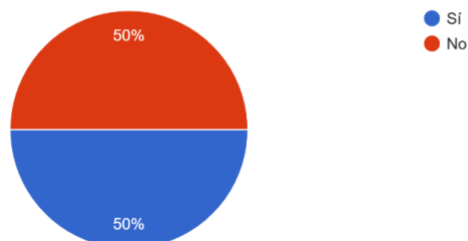
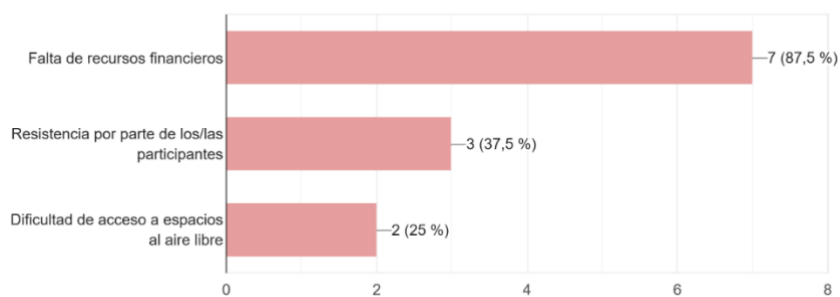
¿Cuáles consideras que son los principales recursos necesarios para llevar a cabo actividades de Outdoor Learning?

8 respuestas



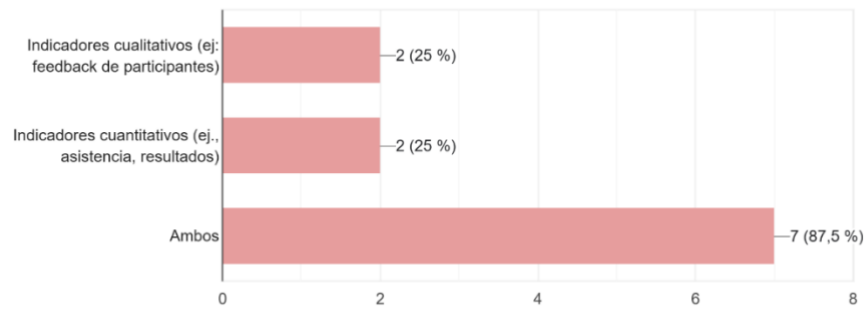
¿Cuáles son los principales desafíos que enfrenta la implementación de estas actividades?

8 respuestas



¿De qué forma evaluáis el impacto de las actividades al aire libre?

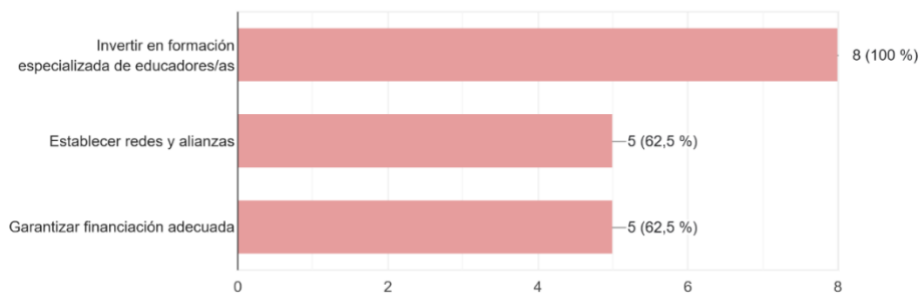
8 respuestas



Secção 5: Sugestões e perspectivas futuras

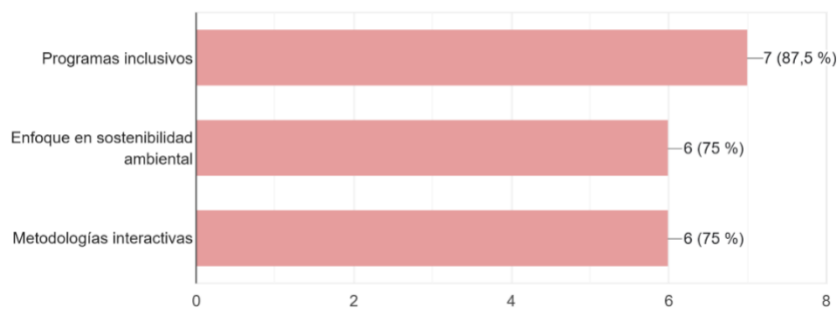
¿Qué recomendaciones harías a organizaciones que tengan interés en implementar el enfoque Outdoor Learning?

8 respuestas



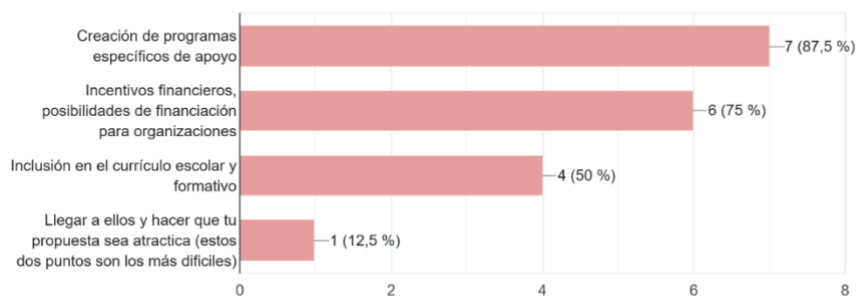
¿Qué buenas prácticas has podido observar en el área del Outdoor Learning?

8 respuestas



¿Cómo se podría integrar el Outdoor Learning en las políticas públicas dirigidas a la juventud que ni estudia ni trabaja?

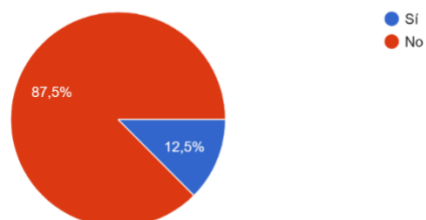
8 respuestas



Conclusões

¿Te gustaría añadir información adicional que creas que nos puede resultar útil?

8 respuestas



1 resposta:

“Interesada en conocer más de este programa o iniciativa”

